

SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia

**CONDIÇÕES DE VIDA DAS
MULHERES NEGRAS EM
PERNAMBUCO**

Recife, dezembro de 2015

FICHA TÉCNICA

SOBRE A EQUIPE

Pesquisa e elaboração:

Mônica Oliveira

Bacharela em Comunicação Social

Consultora em Desenvolvimento Institucional e Relações Raciais

Supervisão:

Rivane Arantes

Advogada

Educadora e Pesquisadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia

Colaboração na disponibilização dos dados, informações e percepções:

Antonio Teixeira

Mestre em Sociologia e Direito

Técnico em Planejamento e Pesquisa do IPEA

Sony Santos

Sanitarista e Mestra em Vigilância sobre Saúde

Coordenadora da Política de Saúde da População Negra do Recife

Valdeci Maria da Silva Oliveira

Quilombola

Coordenadora da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas/Pernambuco

Edições:

Sos Corpo Instituto Feminista para a Democracia

Recife, dezembro de 2015

SUMÁRIO

Apresentação	03
Introdução	04
Metodologia	04
1. População	05
2. Chefia de Famílias	07
3. Educação	10
4. Mercado de Trabalho	15
5. Trabalho Doméstico	22
6. Previdência e Assistência Social	25
7. Saúde	28
8. Violência	35
9. Representação no Poder Legislativo	38
10. Mulheres Quilombolas	40
Referências Bibliográficas	43

APRESENTAÇÃO

RESISTÊNCIA foi e segue sendo um traço estruturante da história não contada das mulheres negras no Brasil. E este contexto de agudização do conservadorismo, perda de direitos e ataques abertos de racismo não inaugura as relações de violência, injustiça e iniquidade contra a população negra, muito menos contra nós mulheres negras. Por isso, resistir e confrontar se mantém como tarefa e como desafio a todos os sujeitos que sonham com um mundo mais justo e igual para todas as pessoas. E foi para contribuir com a luta das mulheres negras em Pernambuco e no Brasil, essa difícil ação de denúncia e enfrentamento ao racismo, que compilamos e agora colocamos à disposição, este breve Levantamento das Condições de Vida das Mulheres Negras em Pernambuco.

Para isso, contamos com a inestimável contribuição de Mônica Oliveira, Consultora em Relações Raciais e ativista negra, que dedicou tempo e obstinação à pesquisa, elaboração e diálogo com a Equipe do SOS Corpo; e a colaboração de outras “sujeitas” negras que compartilharam seus saberes conosco, na forma de dados, informações e percepções, sem os quais este trabalho não seria possível: Sony Santos da Gerência de Saúde da População Negra do Recife e Valdeci Maria da Silva Oliveira, Coordenadora da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas, ativistas negras que fazem da luta antirracista, seu fazer político-profissional. A todas, nossa sincera gratidão.

De modo especial agradecemos a colaboração do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) cuja produção e disponibilização dos dados subsidiaram quase 80% deste trabalho. Assim, nossa gratidão também a Antonio Teixeira deste instituto de pesquisa, que atuou como referência e facilitação nesta parceria, recebendo e transmitindo nossas demandas e articulando o atendimento a elas com a equipe da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DISOC). Seu apoio foi fundamental.

Era nosso desejo que este levantamento também pudesse subsidiar a participação das mulheres, em especial as negras, e as respectivas organizações e movimentos, nos processos de Conferências de Políticas Públicas em curso, colaborando com a elaboração de propostas de políticas que considerem as desigualdades vivenciadas pelas mulheres negras em relação aos homens, mas também em relação às outras mulheres, bem como contribuir com o processo desencadeado pela Marcha de Mulheres Negras 2015 contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, na interlocução desta com as instâncias estatais e a sociedade. Os resultados principais deste trabalho foram apresentados e discutidos no Seminário Estadual da Marcha de Mulheres Negras em Pernambuco no mês de outubro, e serviram de base para traçar um breve diagnóstico que subsidiou a formulação das propostas da Marcha neste estado.

Por fim, como instituto de pesquisa feminista e antirracista temos o compromisso de enfrentar a lacuna na produção de dados oficiais que revele as condições de vida das mulheres negras em Pernambuco, uma das circunstâncias que encobre e reproduz as relações de desigualdade raciais. Algo que permitisse nos somar às iniciativas em curso de denúncia do racismo que se impõe sobre as vidas, corpos, jeitos de ser e fazer das mulheres negras neste estado. Um lugar de maioria negra, mas sustentado pelas estruturas arcaicas do racismo sexista e capitalista que se reinventa a cada reviravolta desses sistemas, intensificando a dominação, exploração e apropriação das mulheres negras. A estas mulheres negras, suas lutas e resistências, o nosso compromisso, o nosso esforço de produção de pensamentos e a nossa força pra lutar e seguir juntas.

Rivane Arantes

Educadora e Pesquisadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia

INTRODUÇÃO

Fazer análise da realidade brasileira contemplando as variáveis de sexo e cor ou raça é sempre um desafio, tendo em vista que, na maioria dos trabalhos disponíveis, estas aparecem dissociadas. Vários dos dados desejados e necessários são oferecidos desagregados apenas por sexo, ou apenas por cor ou raça (quando existem...). Se isso se verifica em nível de Brasil, imagine-se o problema para chegar ao nível de Unidade da Federação, neste caso, em Pernambuco.

Entretanto, para visibilizar as desigualdades, é fundamental reunir e “cruzar” essas variáveis, assim como a de classe social, num mesmo modelo de análise. Desvelar e identificar a intersecção entre elas é condição para avançar nas pautas dos movimentos de mulheres de maneira geral, e no movimento de mulheres negras em particular. É também condição para avançar na proposição e implementação de políticas públicas que tenham como perspectiva a superação das desigualdades no Brasil, entre brancos e negros, entre homens e mulheres, e entre as próprias mulheres. As lacunas na utilização do quesito cor ou raça, no levantamento, desagregação e tratamento dos dados é uma das manifestações do racismo institucional, permanentemente denunciado pelo movimento negro brasileiro.

Este trabalho tem como objetivo apresentar um levantamento de dados acerca das condições de vida das mulheres negras no estado de Pernambuco, tomando como referência o ano de 2013. Para isso, foram escolhidos 9 temas: população, chefia de famílias, educação, trabalho, trabalho doméstico, previdência, saúde, violência, representação no legislativo. São temas considerados prioritários para se ter um retrato de como vivem essas mulheres, ainda que não esgotem todas as dimensões da sua vida cotidiana.

METODOLOGIA

A principal fonte deste trabalho foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, processada pelo IPEA a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No IPEA, os dados foram processados pela DISOC, como já destacamos na introdução, que elaborou tabelas com comparações entre dados das PNADs de 1995, 2003 e 2013¹. Esses dados foram utilizados nos capítulos de População, Chefia de Famílias, Educação, Trabalho, Trabalho Doméstico e Previdência.

Considerando que o objetivo desse trabalho não é fazer uma análise comparativa dos dados, mas sim traçar uma espécie de retrato das condições de vida das mulheres negras em Pernambuco no ano de 2013, abrimos mão da utilização dos dados de 1995 e utilizamos os de 2003, em comparação com 2013, apenas em alguns pontos do trabalho, onde consideramos que esta comparação é importante para a compreensão do quadro apresentado.

¹ A PNAD não foi realizada nos anos de 2000 e 2010.

Tendo em vista que este não é um trabalho exaustivo e que, entre seus objetivos, além de visibilizar as condições de vida das mulheres negras, está também o de demonstrar as desigualdades existentes entre estas e as mulheres brancas, escolhemos trabalhar prioritariamente confrontando dados entre mulheres brancas e mulheres negras, considerando estas últimas como a soma de pretas + pardas, de acordo com a metodologia utilizada pelo IBGE. Em todos os itens onde se faz referência a negros/as, esta categoria se refere à soma de pretos/as e pardos/as.

Além dos dados das PNADs, fizemos uso ainda de informações constantes em outras publicações, tais como o *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2014 (RASEAM 2014)*, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), o *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* (IPEA, SPM, SEPPIR e ONU Mulheres), o *Dossiê Mulheres Negras* (IPEA), as *Estatísticas de Gênero: uma Análise dos Resultados do Censo Demográfico 2010* (IBGE), entre outros.

No capítulo de Saúde, a maioria dos dados e gráficos foram gentilmente cedidos por Sony Santos, Epidemiologista, Gerente de Saúde da População Negra do Recife e são baseados em dados da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco e do Ministério da Saúde. Os dados relativos à discriminação no serviço de saúde desse capítulo foram extraídos da Pesquisa Nacional de Saúde 2013, elaborada pelo Ministério da Saúde e pelo IBGE.

No capítulo de Violência, foram utilizados dados do RASEAM 2014, do Balanço Disque 180 2014, do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2014 e dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde. Tivemos grandes dificuldades em acessar dados desagregados por sexo e por cor ou raça, para poder identificar a situação específica das mulheres negras no sistema prisional, por exemplo, e também em relação à violência sexual, mais especificamente estupros.

O capítulo sobre Representação no Legislativo foi elaborado a partir de dados relativos às eleições de 2014, disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral em seu site.

Tendo em vista as dificuldades de acessar dados sobre as mulheres quilombolas, o capítulo referente a este segmento tem uma característica distinta dos demais, sendo essencialmente qualitativo e não quantitativo, baseado no depoimento de uma liderança feminina de referência para o movimento quilombola do estado de Pernambuco, que é Valdeci Maria da Silva Oliveira, Coordenadora da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas.

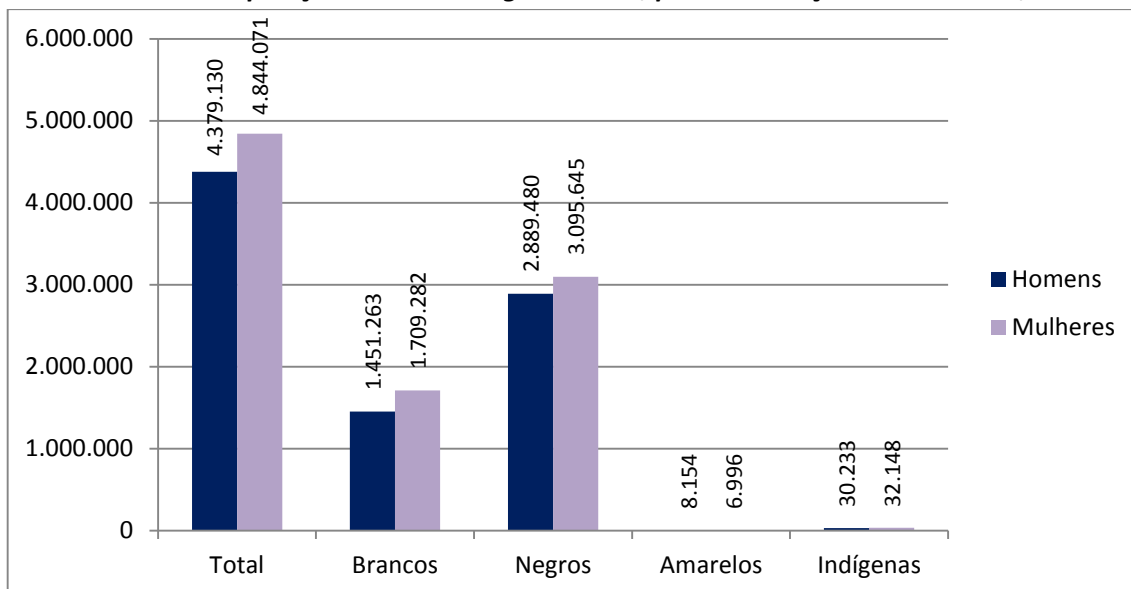
1. POPULAÇÃO

Nas últimas décadas vem acontecendo várias alterações demográficas no Brasil. Do início dos anos 2000 em diante, é possível verificar que o número de pessoas que se declaram como brancas diminuiu, enquanto que o número das que se declaram negras aumentou.

Considerando os dados da PNAD 2013, Pernambuco tinha naquele ano uma população de 9.223.201 habitantes. Destes, cerca de 65% eram negros e 34% brancos. Entre as mulheres, 3.095.645 eram

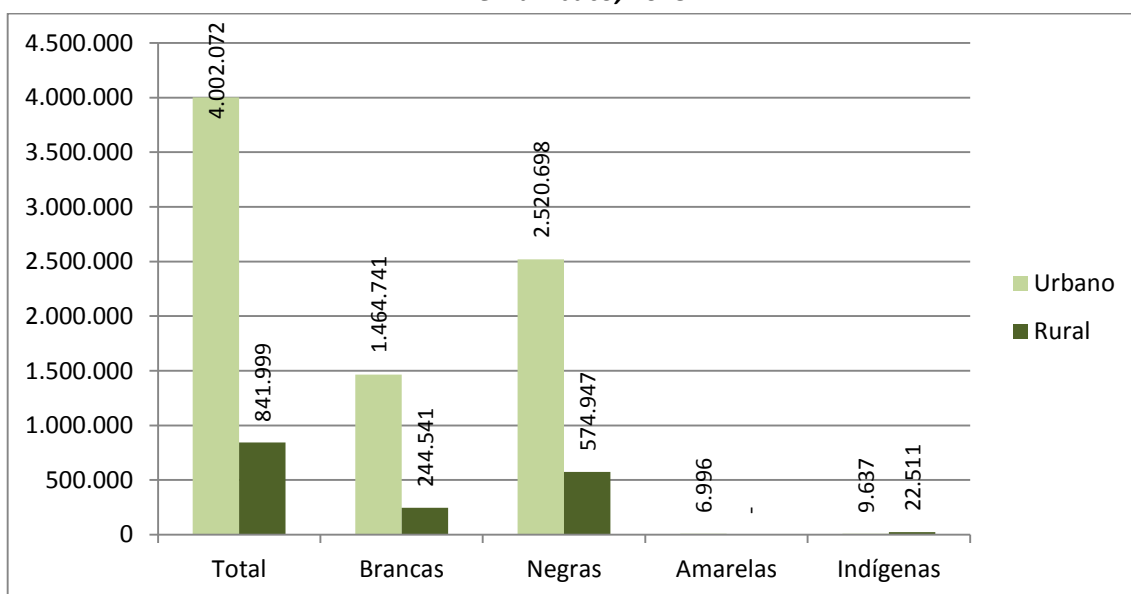
negras e 1.709.282 eram brancas. Ou seja, as mulheres negras perfaziam em torno de 64% do total das mulheres pernambucanas (ver gráfico 1.1).

Gráfico 1.1 – População Residente segundo sexo, por cor ou raça – Pernambuco, 2013



Pernambuco é um estado majoritariamente urbano, com mais de 81% de sua população residindo nas zonas urbanas das cidades e 19% nas zonas rurais. Entre as mulheres (ver gráfico 1.2), cerca de 83% residem no meio urbano e apenas 17% no meio rural. Em relação à distribuição das mulheres entre os meios urbano e rural, mais de 85% das mulheres brancas residem no meio urbano; entre as mulheres negras, esse dado é de pouco mais de 81%.

Gráfico 1.2 – População feminina residente por localização do domicílio, segundo cor ou raça – Pernambuco, 2013



Os mesmos dados, quando comparados à PNAD 2003 (ver tabela 1.1, abaixo), demonstram que houve um crescimento da concentração no meio urbano para todas as categorias de cor ou raça, exceto para indígenas.

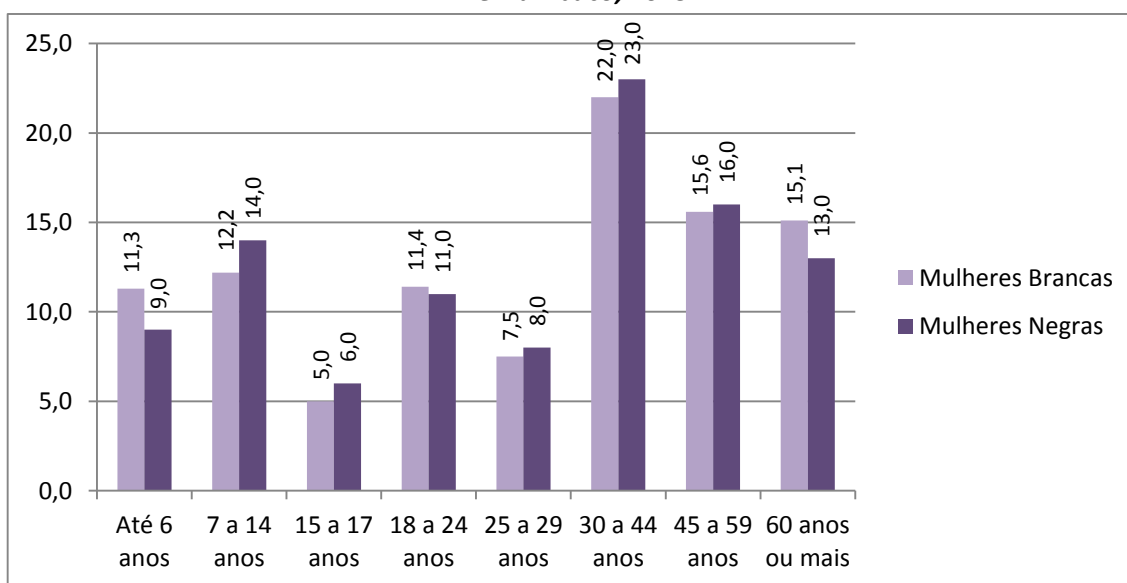
Tabela 1.1 - Distribuição percentual da população por cor ou raça, segundo sexo e localização do domicílio - Pernambuco, 2003 e 2013

Sexo	Local	Branca		Preta		Parda		Amarela		Indígena	
		2003	2013	2003	2013	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Total	Urbano	78,5	84,9	79,8	87,4	72,0	79,7	98,8	90,4	92,3	26,7
	Rural	21,5	15,1	20,2	12,6	28,0	20,3	1,2	9,6	7,7	73,3
Masculino	Urbano	78,1	83,9	77,6	85,6	69,9	78,6	100,0	82,2	91,9	23,2
	Rural	21,9	16,1	22,5	14,4	30,2	21,4	.	17,8	8,1	76,9
Feminino	Urbano	79,0	85,7	82,1	89,2	74,1	80,7	97,8	100,0	92,7	30,0
	Rural	21,1	14,3	17,9	10,9	25,9	19,4	2,2	.	7,3	70,0

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA/DISOC. Adaptação: SOS Corpo.

Do ponto de vista da composição etária, a população de mulheres negras no estado está majoritariamente concentrada na faixa de 30 a 59 anos de idade, ou seja, na denominada fase adulta, sendo 23% na faixa de 30 a 44 anos e 16% entre 45 e 59 anos de idade (conforme gráfico 1.3). Nesse mesmo gráfico, chama a atenção o fato de que as mulheres brancas são maioria nas faixas de 0 a 6 anos e entre as mais velhas, de 60 anos ou mais.

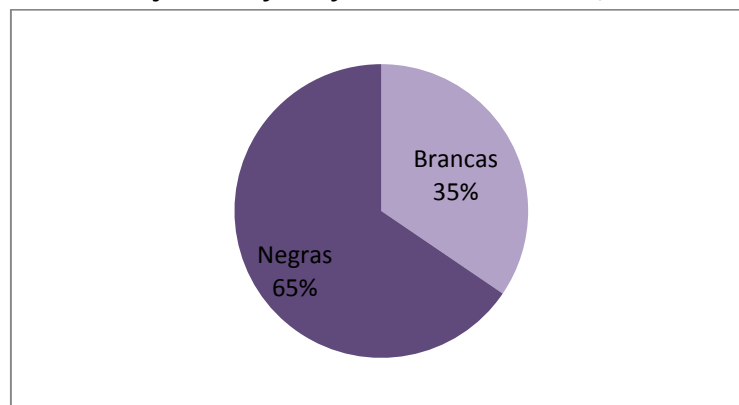
Gráfico 1.3 - População de mulheres residentes, segundo cor ou raça e faixa etária – Pernambuco, 2013



2. CHEFIA DE FAMÍLIAS

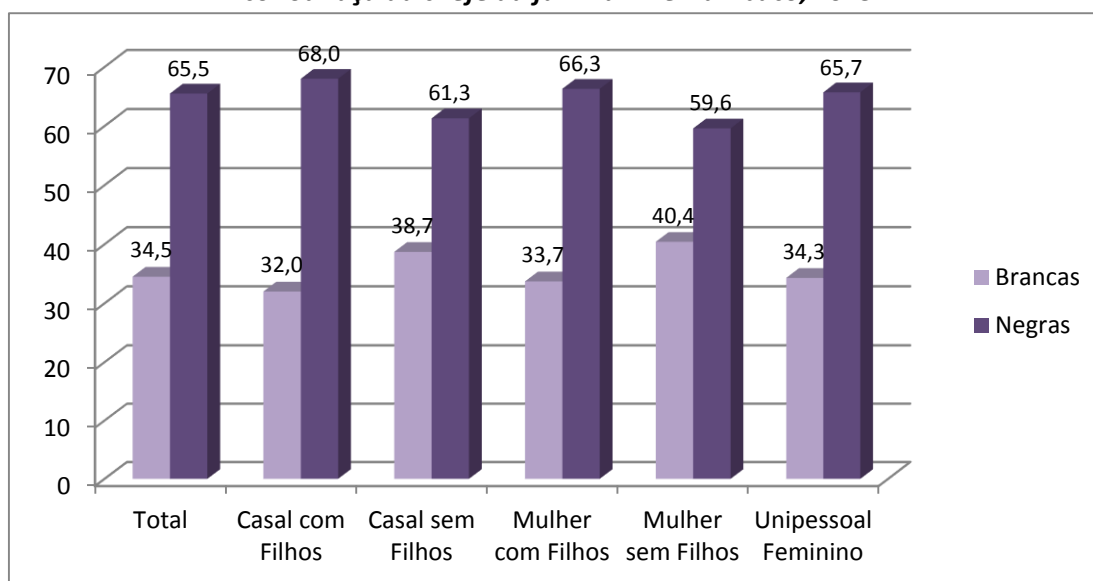
Considera-se para este indicador que os arranjos familiares referem-se ao conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou não que residem no mesmo domicílio. Tais arranjos podem ser compostos por uma só pessoa (unipessoal), por um casal sem filhas(os), um casal com filhas(os), uma pessoa de referência sem cônjuge com filhas(os), entre outros arranjos. De acordo com os dados da PNAD 2013, as mulheres negras são chefes de 65% das famílias chefiadas por mulheres no estado de Pernambuco e as mulheres brancas de 35%.

Gráfico 2.1 – Proporção de famílias chefiadas por mulheres, segundo cor ou raça da chefe da família – Pernambuco, 2013



Em se tratando dos arranjos de famílias chefiadas por mulheres, as mulheres negras são maioria das chefes em todos os tipos, sendo que o maior percentual está entre as famílias de casal com filhos, onde estas chefiam 68% e as mulheres brancas 32%, conforme o gráfico 2.2. O segundo maior percentual se refere ao arranjo “mulher com filhas(os)”, onde as mulheres negras aparecem com 66,3%. Este é mais um dado que diz da solidão das mulheres negras e da pesada carga que suportam na manutenção de suas famílias sem a colaboração de companheiros/as.

Gráfico 2.2 – Percentual das famílias chefiadas por mulheres, segundo tipo de arranjo e cor ou raça da chefe da família – Pernambuco, 2013



Outro dado que chama a atenção sobre os tipos de arranjos é o grande crescimento entre as mulheres negras das famílias do tipo Unipessoal Feminino (mulher vivendo em um domicílio sem cônjuge e sem filhas/os), que aumentou em mais de 10 pontos percentuais entre 2003 e 2013, como pode ser visto na tabela 2.1.

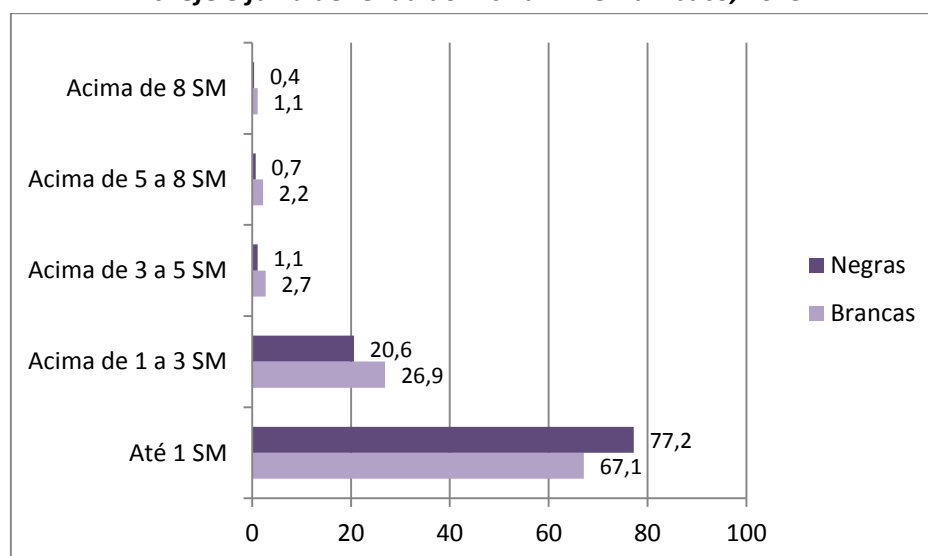
Tabela 2.1 - Percentual das famílias chefiadas por mulheres, segundo tipo de arranjo e cor ou raça da chefe da família - Pernambuco, 2003 e 2013

Tipo de Arranjo Familiar	Cor ou raça da Chefe da Família	Ano	
		2003	2013
Total	Branca	39,3	34,5
	Negra	60,7	65,5
Casal com Filhos	Branca	32,2	32,0
	Negra	67,8	68,0
Casal sem Filhos	Branca	37,5	38,7
	Negra	62,5	61,3
Mulher com Filhos	Branca	39,0	33,7
	Negra	61,0	66,3
Mulher sem Filhos	Branca	40,6	40,4
	Negra	59,4	59,6
Unipessoal Feminino	Branca	44,8	34,3
	Negra	55,2	65,7

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA/DISOC. Adaptação: SOS Corpo.

No que se refere à renda domiciliar, as mulheres negras são maioria entre aquelas que chefiam as famílias de renda mais baixa, em Pernambuco, como pode ser visto no gráfico 2.3. Um percentual de 77,2% das famílias chefiadas por mulheres negras está na faixa de renda domiciliar de até um salário mínimo, enquanto que esse dado é de 67,1% para as brancas. Já nas famílias da faixa de renda mais alta (acima de 8 salários mínimos), esse dado se inverte: as mulheres brancas chefiam um percentual quase três vezes maior que o das mulheres negras: 1,1% para as mulheres brancas e 0,4% para as mulheres negras.

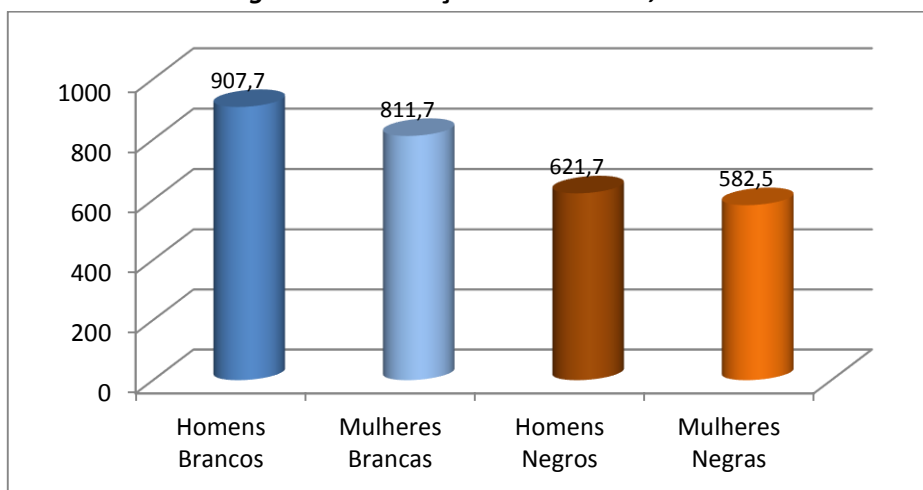
Gráfico 2.3 - Percentual das famílias chefiadas por mulheres, segundo cor ou raça da chefe e faixa de renda domiciliar – Pernambuco, 2013



Ainda que diferentes pesquisas demonstrem que o acesso à renda se ampliou para toda a população brasileira, e, mais especialmente, para as mulheres negras, estas ainda ocupam a pior posição, tanto em relação à renda individual quanto em relação à renda familiar (ver gráfico 2.4), com renda per

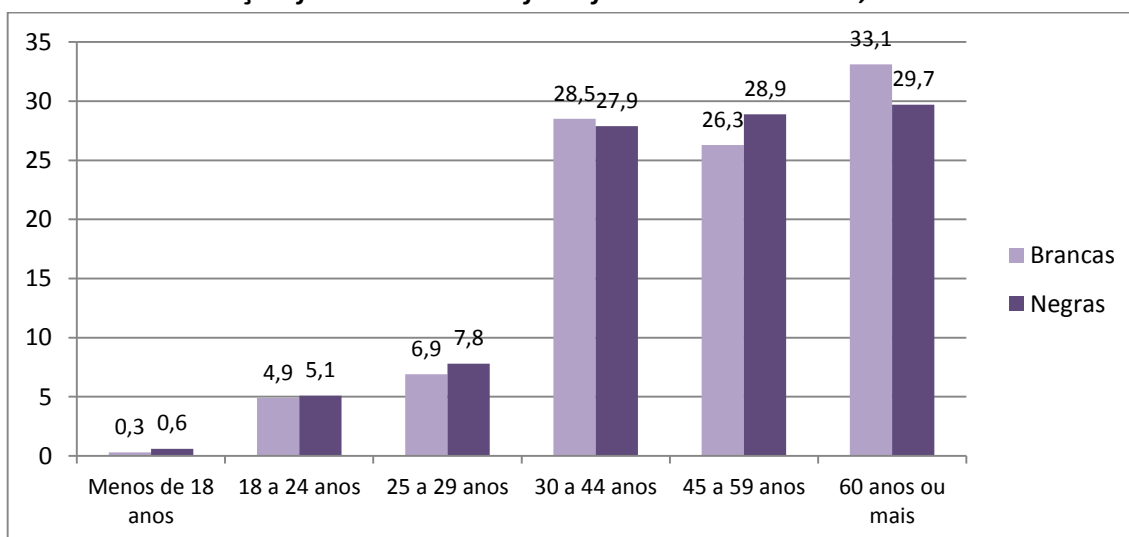
capita familiar correspondente a cerca de 64% da renda dos homens brancos e cerca de 72% da renda das mulheres brancas.

Gráfico 2.4 - Renda domiciliar per capita média por sexo da(o) chefe da família, segundo cor ou raça – Pernambuco, 2013



Tratando-se de faixa etária, os dados demonstram que uma maior quantidade de famílias chefiadas por mulheres negras está na faixa em que essas chefes possuem mais de 40 anos (conforme o gráfico 2.5). O maior percentual, quando comparado com as mulheres brancas, está na faixa de 45 a 59 anos, onde as mulheres negras chefiam 28,9% e as mulheres brancas 26,3%. Já na faixa acima de 60 anos, as mulheres brancas aparecem com um maior percentual, sendo este de 33,1%, enquanto o das mulheres negras está em 29,7%.

Gráfico 2.5 – Distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres, segundo cor ou raça e faixa etária da chefe da família – Pernambuco, 2013



3. EDUCAÇÃO

Ainda que o processo de mudanças nos padrões culturais de gênero e de raça no país seja lento, é possível perceber algumas alterações, especialmente na inserção no mercado de trabalho e um aumento na escolaridade das mulheres. O nível educacional é considerado um fator determinante

para a inserção no mercado de trabalho, para garantir maior acesso a bens e serviços e, inclusive, para a redução das probabilidades de uma pessoa negra ser vítima de violência.

A média de anos de estudo de toda a população brasileira vem melhorando nas últimas décadas. A população negra foi o segmento mais beneficiado: de 2003 a 2013, os homens negros aumentaram sua média em 1,8 anos de estudo e as mulheres negras em 1,7 anos. Ainda assim, as mulheres negras permanecem acima dos homens negros, com 7,1 anos de estudo, em 2013, enquanto que aqueles tinham 6,6 anos no mesmo período (conforme a tabela 3.1). Entre as mulheres, as negras aumentaram seus anos de estudo mais do que as brancas, no mesmo período, tendo as primeiras avançado em 1,7 anos, como já dito acima, e as últimas em 1,3 anos. Entretanto, isso não representa um rompimento das desigualdades, tendo em vista que a diferença de anos de estudo entre as mulheres negras e as brancas em 2013 ainda estava em 1,1 anos, com as brancas com 8,2 anos (a melhor posição). Já os homens brancos aumentaram os seus anos de estudo em 1,5 anos e em 2013 estavam com 7,7 anos.

Tabela 3.1 - Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade por sexo, segundo cor ou raça - Pernambuco, 2003 e 2013

Cor ou raça e localização do domicílio	Total		Homens		Mulheres	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Total	5,6	7,2	5,3	7,0	6,0	7,5
Branco	6,6	8,0	6,2	7,7	6,9	8,2
Negro	5,1	6,8	4,8	6,6	5,4	7,1

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA/DISOC. Adaptação: SOS Corpo.

A taxa de alfabetização tem se elevado sistematicamente para toda a população, mas as mulheres negras têm sido, sem sombra de dúvidas, as mais beneficiadas, ainda que não tenham se igualado às posições ocupadas pelas mulheres brancas e pelos homens brancos. Entre 2003 e 2013, a taxa de analfabetismo entre as mulheres negras baixou de 23,2% para 16,4%, ou seja, 6,8 pontos percentuais, contra 3,1 pontos percentuais de redução das mulheres brancas, que caíram de 15% para 11,9%. Entretanto, ainda estamos longe da superação do analfabetismo no Brasil, e a posição das mulheres negras é significativamente desvantajosa em relação às mulheres brancas, estando as primeiras com 4,5 pontos percentuais acima das últimas nas taxas de analfabetismo no ano de 2013, como pode ser visto na tabela 3.2 abaixo.

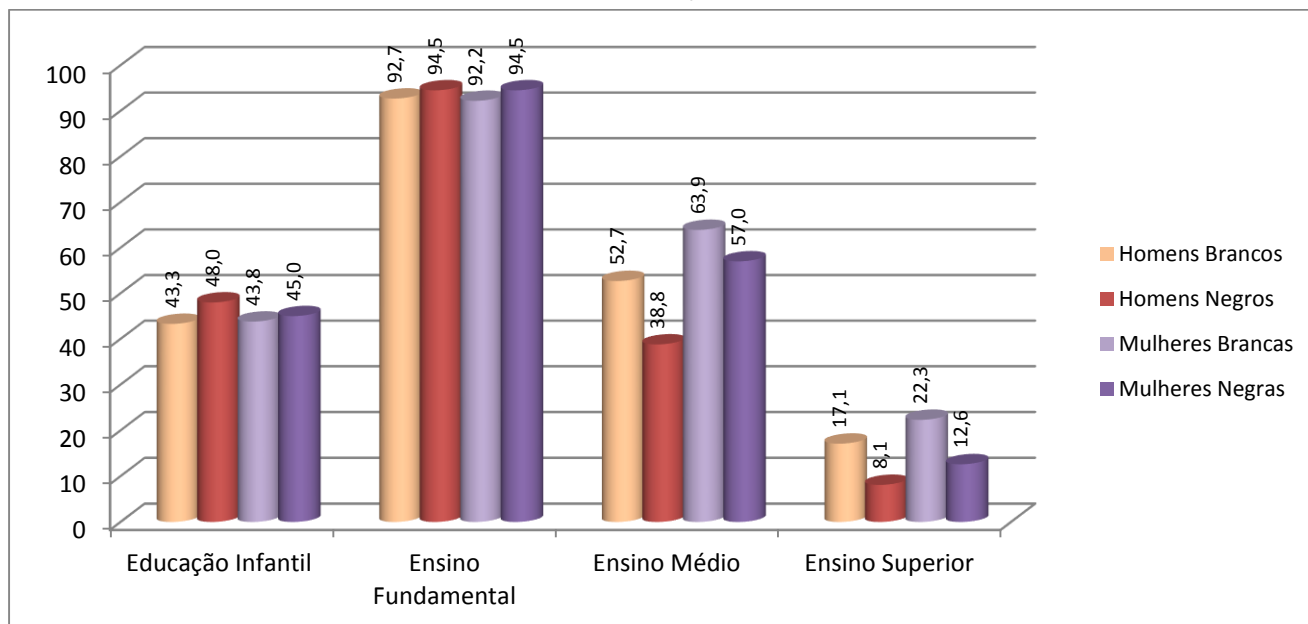
Tabela 3.2 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade por sexo, segundo cor ou raça - Pernambuco, 2003 e 2013

Cor ou raça	Total		Homens		Mulheres	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Total	21,9	15,2	24,0	15,6	20,1	14,8
Branco	17,2	11,9	19,9	11,8	15,0	11,9
Negro	24,6	16,9	26,2	17,6	23,2	16,4

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA/DISOC. Adaptação: SOS Corpo.

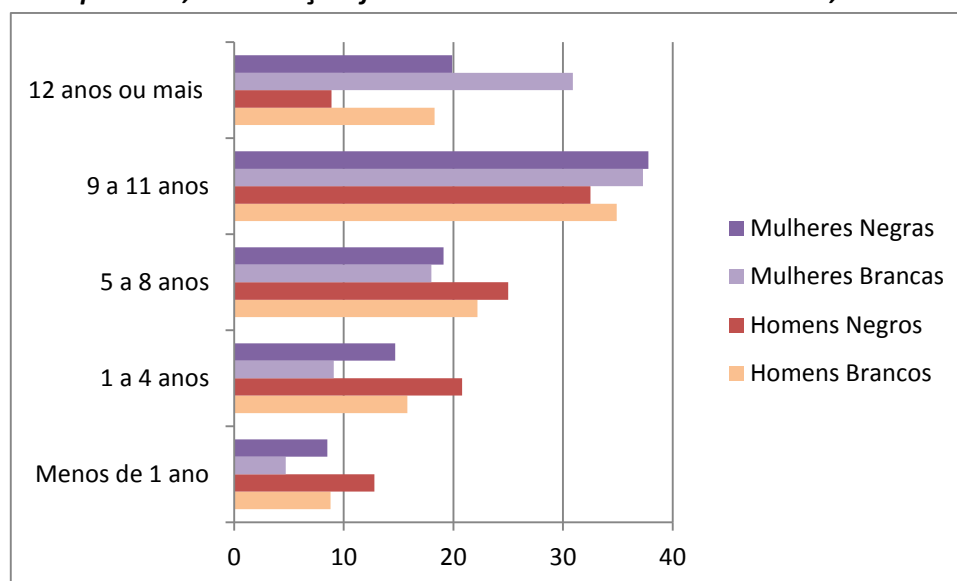
A taxa de escolarização líquida identifica o percentual de pessoas matriculadas no nível de ensino adequado para sua idade. De acordo com a Lei nº 11.274/2006, na educação infantil, a faixa etária considerada é de 0 a 5 anos. No ensino fundamental, esta taxa abrange a faixa etária de 6 a 14 anos. É obrigação do Estado garantir a universalidade da educação neste nível de ensino, sendo obrigatório e gratuito na escola pública. O ensino médio abrange a faixa de 15 a 17 anos e tem duração mínima de três anos. Trata-se da etapa final da educação básica. Já para o ensino superior, considera-se adequada a faixa de 18 a 24 anos. De acordo com os dados da PNAD 2013, apresentados no gráfico 3.1, a taxa de escolarização líquida na educação infantil e no ensino fundamental é bastante semelhante para homens e mulheres, brancos e negros. As disparidades se mostram mais visíveis a partir do ensino médio. Neste nível de ensino, a taxa de escolarização líquida das mulheres negras é de 57%, enquanto que a das brancas é de 63,9%. No ensino superior, as disparidades são ainda mais graves, estando as mulheres negras com uma taxa de 12,6% e as brancas com 22,3%. Em ambos os níveis, os homens negros ocupam as piores posições.

Gráfico 3.1 – Taxa de escolarização líquida, por sexo, segundo cor ou raça e nível de ensino – Pernambuco, 2013



Os dados relativos à distribuição da população ocupada de 16 anos ou mais por faixas de anos de estudo, em 2013, demonstram que 57,5% das mulheres negras encontrava-se na faixa que possuía de 9 anos de estudo acima, contra 68,2% das brancas. Este é outro dado que demonstra que as desigualdades entre as mulheres neste campo da Educação estão longe de serem superadas, com as mulheres brancas estando acima das negras em mais de 10 pontos percentuais nesse indicador (conforme o gráfico 3.2).

Gráfico 3.2 - Distribuição percentual da população ocupada de 16 anos ou mais de idade por sexo, cor ou raça e faixa de anos de estudo – Pernambuco, 2013



Entre 2003 e 2013 a cobertura escolar, que representa o percentual de pessoas que frequenta escola ou creche no período, aumentou de maneira geral, de 60% para 64%, como se pode verificar na tabela 3.3, abaixo. Para as mulheres como um todo o aumento foi de 3,3 pontos percentuais e para as mulheres negras foi de 4,5 pontos. Entretanto, chama a atenção que a única faixa etária em que os índices baixaram foi a de 18 a 24 anos, tanto para mulheres quanto para homens e tanto para negros quanto para brancos. Entre as mulheres negras, o índice de cobertura nesta faixa baixou de 30,8% em 2003 para 26,7% em 2013, contra uma redução de 38,5% para 33,6% entre as mulheres brancas. Esse é um dado que deve ser observado cuidadosamente, tendo em vista que esta é a faixa etária onde se espera que as jovens estejam no ensino superior.

É importante ainda destacar que a cobertura escolar total para a população de 0 a 3 anos, mesmo tendo duplicado de 2003 para 2013, é ainda insuficiente, pois naquele ano era de 19,8% para negros e de 22,3% para brancos. Essa é uma faixa etária em que é estratégico para todas as mães, especialmente as mães negras, terem acesso a creche, porque é isso que lhes permite sair de casa para trabalhar e/ou estudar. Com uma cobertura de apenas cerca de 20%, as condições para realizar essas atividades ficam comprometidas.

Tabela 3.3 - Cobertura escolar de crianças e jovens, segundo faixa etária, sexo, cor ou raça - Pernambuco, 2003 e 2013

Faixa Etária	Sexo	Cor ou raça	Ano	
			2003	2013
Total	Total	Total	60,0	64,0
		Brancos	61,4	62,7
		Negros	59,2	64,7
	Homens	Total	59,1	63,8
		Brancos	60,8	62,3

		Negros	58,2	64,5	
		Mulheres	Total	60,9	64,2
			Branco	61,9	63,0
			Negros	60,4	64,9
0 a 3 anos	Total	Total	10,5	20,9	
		Branco	11,7	22,3	
		Negros	9,7	19,8	
	Homens	Total	10,3	21,7	
		Branco	11,4	22,4	
		Negros	9,5	21,1	
	Mulheres	Total	10,8	20,1	
		Branco	11,9	22,2	
		Negros	9,9	18,4	
4 a 6 anos	Total	Total	70,5	86,8	
		Branco	74,2	88,1	
		Negros	68,3	86,1	
	Homens	Total	67,0	87,8	
		Branco	72,3	89,6	
		Negros	64,1	86,9	
	Mulheres	Total	73,9	85,8	
		Branco	76,1	86,8	
		Negros	72,6	85,3	
7 a 14 anos	Total	Total	95,9	97,7	
		Branco	96,3	96,4	
		Negros	95,7	98,3	
	Homens	Total	95,0	97,6	
		Branco	94,9	96,7	
		Negros	95,1	98,0	
	Mulheres	Total	96,8	97,8	
		Branco	97,6	96,2	
		Negros	96,3	98,6	
15 a 17 anos	Total	Total	78,6	83,2	
		Branco	83,6	82,2	
		Negros	76,0	83,6	
	Homens	Total	78,1	82,9	
		Branco	84,8	84,3	
		Negros	75,0	82,3	
	Mulheres	Total	79,3	83,5	
		Branco	82,5	80,6	
		Negros	77,3	85,0	
18 a 24 anos	Total	Total	34,0	27,9	
		Branco	39,7	32,4	
		Negros	30,9	25,5	
	Homens	Total	34,4	26,8	

		Branco	41,2	31,2
		Negro	31,0	24,5
	Mulheres	Total	33,6	29,1
		Branco	38,5	33,6
		Negro	30,8	26,7

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA/DISOC. Adaptação: SOS Corpo.

4. MERCADO DE TRABALHO

Ainda que mudanças tenham ocorrido nas últimas décadas na inserção das mulheres no mercado de trabalho, a busca pela autonomia econômica ainda é uma luta diária. Considerada um passo fundamental para a redução das desigualdades de gênero e de raça, esta autonomia se refere ao exercício pelas mulheres do poder de decisão sobre suas vidas, tendo em vista o rompimento das tradicionais relações de subordinação, exploração e dependência. Para as mulheres negras, para além dos aspectos citados anteriormente, o acesso ao mercado de trabalho é condição para o enfrentamento da pobreza e a manutenção de suas famílias, especialmente tendo em conta o alto grau de mortalidade dos homens negros na sociedade brasileira e o grande percentual de famílias chefiadas por estas mulheres.

A *população economicamente ativa* (PEA) é a porção da população que está em idade e em condições de trabalhar, estando empregada ou, de alguma forma, procurando por emprego. Em 2013, a população economicamente ativa de mulheres no estado de Pernambuco somava 1.733.891 pessoas, sendo 622.608 brancas e 1.111.283 negras, ou seja, as mulheres negras perfaziam, naquele período, cerca de 64% do total da PEA pernambucana feminina. Tanto entre brancas quanto entre negras, a maior concentração se dá na faixa de 30 a 44 anos, como se pode ver na tabela 4.1 abaixo.

Tabela 4.1 - População economicamente ativa de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor ou raça e faixa etária - Pernambuco, 2003 e 2013

Cor ou raça	Faixa Etária	Total		Homens		Mulheres	
		2003	2013	2003	2013	2003	2013
Total	Total	3.948.357	4.136.347	2.311.889	2.402.456	1.636.468	1.733.891
	10 a 15 anos	197.434	73.444	144.719	45.099	52.715	28.345
	16 a 17 anos	154.913	92.646	103.716	55.347	51.197	37.299
	18 a 24 anos	808.913	673.057	479.049	409.567	329.864	263.490
	25 a 29 anos	553.567	540.091	320.036	291.642	233.531	248.449
	30 a 44 anos	1.279.757	1.554.620	714.168	877.714	565.589	676.906
	45 a 59 anos	702.479	930.928	397.498	547.899	304.981	383.029
	60 anos ou mais	251.294	271.561	152.703	175.188	98.591	96.373
Branco	Total	1.395.713	1.411.431	783.919	788.823	611.794	622.608
	10 a 15 anos	59.447	18.894	40.269	9.453	19.178	9.441
	16 a 17 anos	45.352	25.792	29.244	16.756	16.108	9.036

18 a 24 anos	274.762	231.612	153.418	136.588	121.344	95.024
25 a 29 anos	200.654	184.739	112.482	96.199	88.172	88.540
30 a 44 anos	478.233	533.632	255.835	287.991	222.398	245.641
45 a 59 anos	241.106	314.429	131.990	178.429	109.116	136.000
60 anos ou mais	96.159	102.333	60.681	63.407	35.478	38.926
Total	2.552.644	2.724.916	1.527.970	1.613.633	1.024.674	1.111.283
10 a 15 anos	137.987	54.550	104.450	35.646	33.537	18.904
16 a 17 anos	109.561	66.854	74.472	38.591	35.089	28.263
18 a 24 anos	534.151	441.445	325.631	272.979	208.520	168.466
25 a 29 anos	352.913	355.352	207.554	195.443	145.359	159.909
30 a 44 anos	801.524	1.020.988	458.333	589.723	343.191	431.265
45 a 59 anos	461.373	616.499	265.508	369.470	195.865	247.029
60 anos ou mais	155.135	169.228	92.022	111.781	63.113	57.447

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA/DISOC. Adaptação: SOS Corpo.

A *taxa de participação* é o indicador que permite identificar a quantidade de pessoas disponíveis para o mercado de trabalho. Entre as mulheres negras, as maiores taxas de participação estão nas faixas etárias entre 18 e 44 anos, sendo que de 18 a 24 a taxa é de 51%, de 25 a 29 anos é de 62,6% e de 30 a 44 anos é de 60,3%. Para as mulheres brancas, essas taxas são, respectivamente, de 54,5%, 67,1% e 65%, como pode ser visto na tabela 4.2 abaixo. Ou seja, as mulheres brancas têm maior taxa de participação que as mulheres negras em todas as faixas etárias, exceto na de 16 a 17 anos, onde estão abaixo destas últimas por 9,6 pontos percentuais. Esta é uma importante faixa, porque é justamente o período em que as jovens deveriam estar cursando o ensino médio, e esses dados demonstram que grande parte das jovens negras neste período já está no mercado de trabalho.

Tabela 4.2 - Taxa de participação da população de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor ou raça e faixa etária - Pernambuco, 2003 e 2013

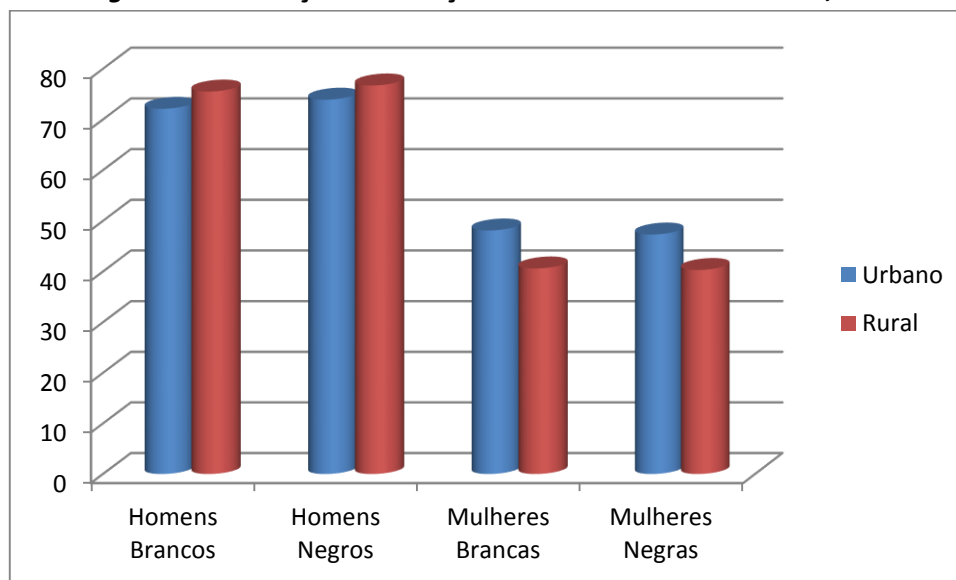
Cor ou raça	Faixa Etária	Total		Homens		Mulheres	
		2003	2013	2003	2013	2003	2013
Total	Total	59,0	53,1	72,1	65,3	46,9	42,1
	10 a 15 anos	19,5	7,9	27,5	9,3	10,9	6,3
	16 a 17 anos	43,8	26,8	57,3	31,9	29,6	21,6
	18 a 24 anos	68,3	64,2	82,5	75,2	54,7	52,2
	25 a 29 anos	76,5	75,4	90,8	88,7	63,0	64,1
	30 a 44 anos	77,9	75,4	92,1	90,5	65,2	62,0
	45 a 59 anos	68,9	63,9	85,1	83,3	55,3	48,0
	60 anos ou mais	32,9	22,0	47,0	33,9	22,5	13,5
Branco	Total	57,8	53,1	70,5	65,2	46,9	43,0
	10 a 15 anos	17,5	6,6	23,7	6,9	11,3	6,4
	16 a 17 anos	37,8	22,9	51,8	31,1	25,4	15,3
	18 a 24 anos	67,2	64,5	79,3	74,0	56,3	54,5
	25 a 29 anos	76,2	77,9	92,2	91,5	62,4	67,1
	30 a 44 anos	79,1	76,9	93,1	91,1	67,4	65,0
	45 a 59 anos	66,8	63,8	82,9	81,9	54,1	49,4

	60 anos ou mais	30,2	21,4	44,6	32,6	19,5	13,8
	Total	59,7	53,0	72,9	65,4	46,9	41,6
Negros	10 a 15 anos	20,6	8,4	29,4	10,2	10,7	6,3
	16 a 17 anos	46,8	28,7	59,8	32,3	32,1	24,9
	18 a 24 anos	68,9	64,0	84,0	75,9	53,8	51,0
	25 a 29 anos	76,7	74,2	90,1	87,4	63,3	62,6
	30 a 44 anos	77,2	74,6	91,6	90,2	63,9	60,3
	45 a 59 anos	70,1	64,0	86,2	83,9	56,0	47,2
	60 anos ou mais	34,9	22,4	48,7	34,6	24,7	13,3

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA/DISOC. Adaptação: SOS Corpo.

Em 2013, a *taxa de participação* das mulheres negras com mais de 16 anos era de 47,3% no meio urbano e de 40,3% no meio rural e a das mulheres brancas era de 48,1% no urbano e 40,6% no rural. Percebe-se que a diferença não é muito significativa entre as mulheres, considerando tanto o meio urbano quanto o meio rural. Entretanto, ao se comparar essas taxas com as dos homens, constata-se uma manutenção do padrão de desigualdades já conhecido. No mesmo período, a taxa de participação dos homens brancos no meio urbano era de 72,1% e no rural era de 75,5%; já a dos homens negros era de 73,9% no meio urbano e de 76,7% no meio rural. É importante ainda destacar a desigualdade entre o urbano e o rural, sendo este último um espaço onde as mulheres negras tem ainda mais dificuldade para a participação no mercado de trabalho.

Gráfico 4.1 – Taxa de participação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor ou raça e localização do domicílio – Pernambuco, 2013



A *taxa de desocupação* é um indicador que mede a proporção de pessoas desempregadas, mas em busca de emprego. Em 2013 (conforme a tabela 4.3), as mulheres negras acima de 16 anos eram o segmento com a mais alta taxa de desocupação no estado de Pernambuco, com 13%; estando, inclusive, acima da média do estado, que era de 12%. Homens brancos e negros e mulheres brancas estavam todos abaixo dessa média, estando estas com 10,4% e ambos os segmentos masculinos com 6,1%. Comparando os dados do meio urbano com os dados do meio rural, constata-se que a

diferença entre a taxa de desocupação entre as mulheres negras e brancas na zona urbana é bem mais acentuada que na zona rural, estando as primeiras em franca desvantagem. Na zona urbana, as mulheres brancas tinham uma taxa de 10,6% e as negras de 13,8%. Já na zona rural, as brancas tinham uma taxa de 8,8%, contra 8,2% das negras.

Tabela 4.3 - Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor ou raça e localização do domicílio - Pernambuco, 2003 e 2013

Cor ou raça	Localização do Domicílio	Total		Homens		Mulheres	
		2003	2013	2003	2013	2003	2013
Total	Total	10,7	8,6	8,8	6,1	13,4	12,0
	Urbano	14,0	9,2	11,7	6,5	17,0	12,6
	Rural	2,0	5,6	1,5	4,2	2,9	8,4
Brancos	Total	10,8	8,0	9,1	6,1	12,9	10,4
	Urbano	13,3	8,1	11,4	6,0	15,7	10,6
	Rural	2,0	7,3	1,3	6,5	3,0	8,8
Negros	Total	10,7	8,9	8,6	6,1	13,8	13,0
	Urbano	14,4	9,8	11,9	6,8	17,9	13,8
	Rural	2,0	4,9	1,5	3,2	2,8	8,2

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA/DISOC. Adaptação: SOS Corpo.

Observando a tabela 4.4 abaixo, é possível verificar a taxa de desocupação de pessoas de 16 anos ou mais de idade, segundo grupos de anos de estudo. Nota-se que, entre as mulheres negras, no período entre 2003 e 2013, houve um aumento da taxa nas faixas de 1 a 4 anos de estudo (de 7,5% para 9,7%) e de 12 anos ou mais (de 5,8% para 7,9%). Isso significa um aumento do desemprego entre essas mulheres. Já entre as mulheres brancas, houve aumento nas faixas de menos de 1 ano de estudos e também na de 12 anos ou mais. Importante observar que para as mulheres negras, o aumento foi de mais de 2 pontos percentuais, enquanto que para as brancas foi de apenas 1 ponto.

Este dado reforça uma preocupação que vem sendo expressada por especialistas acerca da baixa resposta do mercado de trabalho à qualificação profissional cada vez maior das mulheres de maneira geral e das mulheres negras em particular: o mercado não oferece postos de importância e remuneração adequados para aquelas que tem investido em sua qualificação. Isso é corroborado ainda pelas altas taxas de desocupação entre as mulheres negras que tem 5 a 8 anos e 9 a 11 anos de estudo, respectivamente 16,7% e 15,8%. Para as mulheres brancas, essas mesmas faixas têm números mais baixos, sendo 10,9% na faixa de 5 a 8 anos de estudo e 13,3% na faixa de 12 anos ou mais.

Tabela 4.4 - Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor ou raça e grupos de anos de estudo - Pernambuco, 2003 e 2013

Cor ou raça	Anos de Estudo	Total		Homens		Mulheres	
		2003	2013	2003	2013	2003	2013
Total	Total	10,7	8,5	8,7	6,1	13,4	11,9
	Menos de 1 ano	5,2	6,3	4,8	6,5	5,8	5,9
	1 a 4 anos	6,8	5,9	6,0	4,4	8,1	9,3
	5 a 8 anos	13,5	9,4	11,5	6,4	16,6	14,7
	9 a 11 anos	17,9	10,5	13,8	6,8	22,0	14,9
	12 anos ou mais	6,4	6,7	6,7	5,4	6,1	7,7

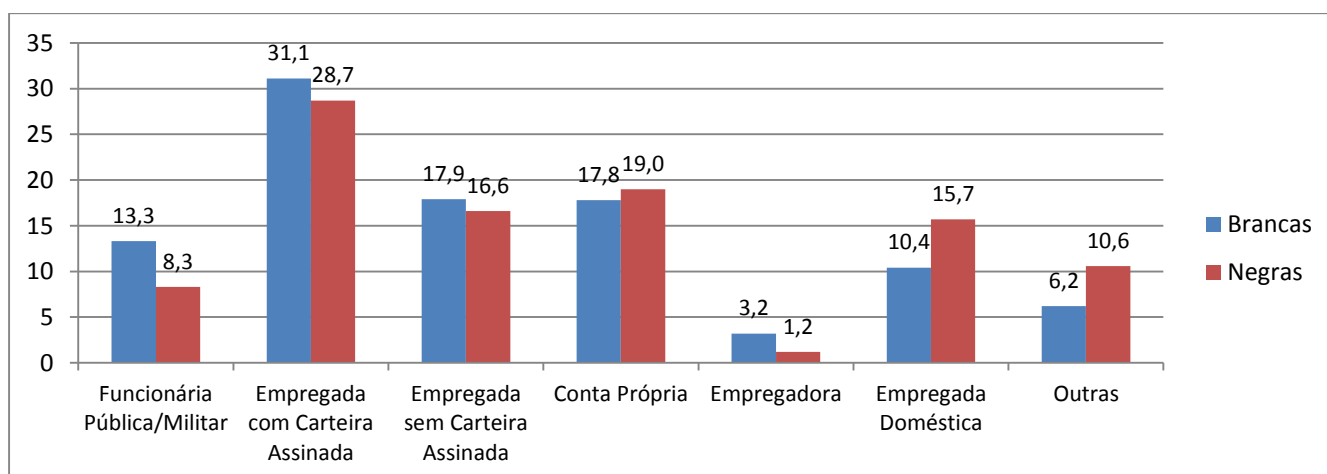
Branco	Total	10,8	8,0	9,2	6,1	12,8	10,4
	Menos de 1 ano	5,0	5,4	5,4	4,6	4,0	7,3
	1 a 4 anos	7,8	7,3	6,8	6,8	9,4	8,3
	5 a 8 anos	12,3	7,4	10,9	5,1	14,3	10,9
	9 a 11 anos	16,4	9,8	12,8	6,7	19,7	13,3
	12 anos ou mais	7,1	6,9	8,0	6,3	6,4	7,4
Negro	Total	10,7	8,8	8,5	6,0	13,7	12,8
	Menos de 1 ano	5,3	6,7	4,6	7,2	6,5	5,4
	1 a 4 anos	6,4	5,5	5,7	3,4	7,5	9,7
	5 a 8 anos	14,1	10,4	11,7	6,9	17,7	16,7
	9 a 11 anos	19,0	10,9	14,5	6,9	23,8	15,8
	12 anos ou mais	5,2	6,5	4,2	4,6	5,8	7,9

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA/DISOC. Adaptação: SOS Corpo.

Os dados sobre *posição na ocupação* permitem identificar a distribuição dos trabalhadores segundo diferentes categorias de ocupação. É fundamental para se observar a qualidade dos postos de emprego ocupados por cada grupo da população. No gráfico 4.2, está demonstrada a posição nas diferentes ocupações das mulheres brancas e negras, de 16 anos ou mais de idade, no ano de 2013.

Enquanto que as mulheres brancas são a maioria das trabalhadoras com carteira assinada, as mulheres negras são maioria das trabalhadoras domésticas. Nota-se que as mulheres brancas superam as mulheres negras em quase todas as categorias, exceto em *conta própria*², *empregada doméstica* e *outras*. Na categoria *conta própria*, as mulheres brancas estão em 17,8%, enquanto que as negras em 19,0%. Na de *empregada doméstica*, as brancas estão em 10,4%, contra 15,7% das negras. E finalmente, na categoria *outras*, as brancas aparecem em 6,2% e as negras em 10,6%. Não por acaso, estas são categorias em que se verifica um significativo grau de precariedade na inserção no mercado de trabalho. Na categoria *empregadora*, as mulheres brancas detêm um percentual quase 3 vezes maior que o das mulheres negras.

Gráfico 4.2 – Distribuição percentual da população feminina ocupada de 16 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo posição na ocupação – Pernambuco, 2013



² De acordo com o IBGE, *conta própria* se refere a pessoas que trabalham explorando seu próprio empreendimento, sozinhas ou com sócio/a, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador/a não remunerado/a.

Na tabela 4.5, é possível observar os dados referentes à distribuição percentual da população feminina de Pernambuco com 16 anos ou mais de idade por *setor de atividades*. Este é também um importante indicador da qualidade da inserção da população no mercado de trabalho. Observando os dados relativos às mulheres negras, constata-se que estas estão concentradas, de maneira geral, nos setores de comércio (19% no total) e de serviços sociais (que incluem serviços sociais, domésticos, educação e saúde), com 32,4% no total. Esse predomínio do comércio e dos serviços sociais se dá especialmente na faixa dos 16 aos 29 anos. Já na faixa dos 30 aos 59 anos, nota-se um percentual mais acentuado da presença das mulheres negras nos serviços sociais (provavelmente por conta do trabalho doméstico). A partir dos 45 anos, o percentual de mulheres negras no setor agrícola aumenta consideravelmente, sendo de 18,4% na faixa de 45 a 59 anos e de 36,9% na faixa de 60 anos ou mais. De maneira geral, houve um crescimento da presença das mulheres negras em todos os setores, entre 2003 e 2013, exceto no setor agrícola, onde a redução foi de 31,9% para 13%.

Em relação às mulheres brancas, observando-se ainda a tabela 4.5, chama a atenção o percentual de 35,4% de presença no setor de indústria na faixa de 16 a 17 anos, em 2013, quase o triplo em relação ao mesmo dado em 2003 (que era de 13,3%). É muito provável que essa alteração se deva a uma cada vez maior inserção das adolescentes brancas na indústria, através dos cursos técnicos, cuja oferta tem crescido significativamente, a partir de programas do governo federal. Para as adolescentes negras na mesma faixa etária, o aumento foi bem menor, de 9,2% para 14,6%. Esse percentual de participação das mulheres brancas no setor de indústria continua relativamente alto na faixa de 18 a 24 anos (20,8%), contra 11,2% das mulheres negras. A presença das mulheres brancas no setor agrícola não segue o mesmo movimento das mulheres negras nas faixas de 45 anos acima: de 45 a 59 anos elas estão em 7,1% contra 18,4% das negras e na faixa de 60 anos ou mais as brancas estão em 19,6%, enquanto que as negras estão em 36,9%.

Tabela 4.5 - Distribuição percentual da população feminina ocupada de 16 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo faixa etária e setor de atividade - Pernambuco, 2003 e 2013

Faixa Etária	Setor de Atividade	Total		Brancas		Negras	
		2003	2013	2003	2013	2003	2013
Total	Administração Pública	5,0	5,4	6,4	6,7	4,1	4,6
	Agrícola	28,2	10,3	22,1	5,6	31,9	13,0
	Comércio	15,8	19,5	17,5	20,4	14,8	19,0
	Indústria	6,8	9,8	7,7	12,4	6,3	8,3
	Construção Civil	0,3	0,7	0,4	0,7	0,2	0,7
	Serviços Auxiliares ³	5,2	8,9	5,9	7,9	4,8	9,5
	Serviços Sociais ⁴	30,2	32,9	30,0	33,6	30,4	32,4
	Outras Atividades ⁵	8,5	12,6	10,1	12,7	7,5	12,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
16 a 17 anos	Administração Pública	0,6	1,1	1,6	.	.	1,5
	Agrícola	37,1	13,5	19,5	10,4	46,4	14,6
	Comércio	15,7	18,9	18,2	14,6	14,3	20,5
	Indústria	10,6	20,0	13,3	35,4	9,2	14,6
	Serviços Auxiliares	3,9	3,8	4,9	.	3,4	5,1

³ Serviços Auxiliares: alojamento, alimentação, transporte, comunicação e armazenagem;

⁴ Serviços Sociais: serviços sociais, domésticos, educação e saúde;

⁵ Outras Atividades: prestação de serviços (1995 a 2001), outras atividades, outros serviços coletivos, sociais e pessoais e atividades mal definidas.

	Serviços Sociais	25,0	25,4	31,5	29,2	21,5	24,1
	Outras Atividades	7,2	17,3	11,0	10,4	5,2	19,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
18 a 24 anos	Administração Pública	3,7	3,4	3,0	2,7	4,0	3,8
	Agrícola	22,6	3,8	20,1	1,0	24,1	5,6
	Comércio	20,8	29,4	20,6	29,4	20,9	29,4
	Indústria	6,5	14,8	5,9	20,8	6,8	11,2
	Construção Civil	0,1	0,4	0,2	.	.	0,7
	Serviços Auxiliares	6,4	9,7	7,1	7,8	5,9	10,8
	Serviços Sociais	31,2	23,1	30,2	24,5	31,8	22,3
	Outras Atividades	8,8	15,4	12,9	13,9	6,5	16,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
25 a 29 anos	Administração Pública	5,4	6,5	8,2	10,4	3,6	4,2
	Agrícola	23,0	5,7	17,4	2,8	26,5	7,4
	Comércio	17,6	22,2	15,2	20,7	19,1	23,1
	Indústria	6,7	10,8	7,4	10,6	6,4	11,0
	Construção Civil	0,3	2,0	0,7	1,7	.	2,1
	Serviços Auxiliares	5,1	10,9	5,8	10,4	4,7	11,2
	Serviços Sociais	31,9	27,8	36,2	30,5	29,3	26,2
	Outras Atividades	10,0	14,2	9,1	12,9	10,5	15,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
30 a 44 anos	Administração Pública	5,8	5,3	7,4	5,7	4,7	5,1
	Agrícola	20,7	8,4	15,3	4,7	24,3	10,5
	Comércio	15,8	17,2	19,6	18,0	13,4	16,7
	Indústria	6,8	8,2	8,8	11,5	5,5	6,4
	Construção Civil	0,3	0,6	0,2	1,0	0,3	0,4
	Serviços Auxiliares	5,3	8,5	6,1	8,2	4,8	8,6
	Serviços Sociais	35,2	37,9	31,1	35,7	37,8	39,1
	Outras Atividades	10,1	14,0	11,5	15,2	9,1	13,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
45 a 59 anos	Administração Pública	6,2	6,6	7,5	10,1	5,4	4,6
	Agrícola	35,3	14,3	29,5	7,1	38,6	18,4
	Comércio	12,5	15,4	14,8	17,0	11,2	14,5
	Indústria	7,8	9,0	7,1	9,3	8,1	8,8
	Construção Civil	0,4	0,6	0,6	0,2	0,3	0,8
	Serviços Auxiliares	5,0	9,1	5,7	7,3	4,7	10,2
	Serviços Sociais	26,8	36,6	27,4	39,2	26,5	35,2
	Outras Atividades	6,0	8,5	7,4	9,8	5,3	7,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
60 anos ou mais	Administração Pública	1,6	4,0	4,5	2,4	.	5,0
	Agrícola	66,3	30,0	53,5	19,6	73,5	36,9
	Comércio	9,6	24,4	10,7	29,1	8,9	21,3
	Indústria	3,8	6,9	6,1	11,4	2,5	4,0
	Construção Civil	0,2	.	.	.	0,3	.

Serviços Auxiliares	3,0	6,3	3,3	5,1	2,9	7,1
Serviços Sociais	11,3	19,6	17,5	26,4	7,8	15,0
Outras Atividades	4,2	8,8	4,5	5,9	4,0	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

5. TRABALHO DOMÉSTICO

A população ocupada em trabalho doméstico no estado de Pernambuco no ano de 2013 (conforme a tabela 5.1 abaixo), de acordo com os dados da PNAD, era um total de 227.959 pessoas, sendo 93% de mulheres e 7% de homens. Cerca de 92% dessa população está situada na zona urbana e 8% na zona rural. As mulheres negras representam 72% desse contingente de mulheres ocupadas no trabalho doméstico, contra 28% de mulheres brancas. Esta predominância das mulheres negras em Pernambuco é superior à média nacional, que é de pouco mais de 60%.

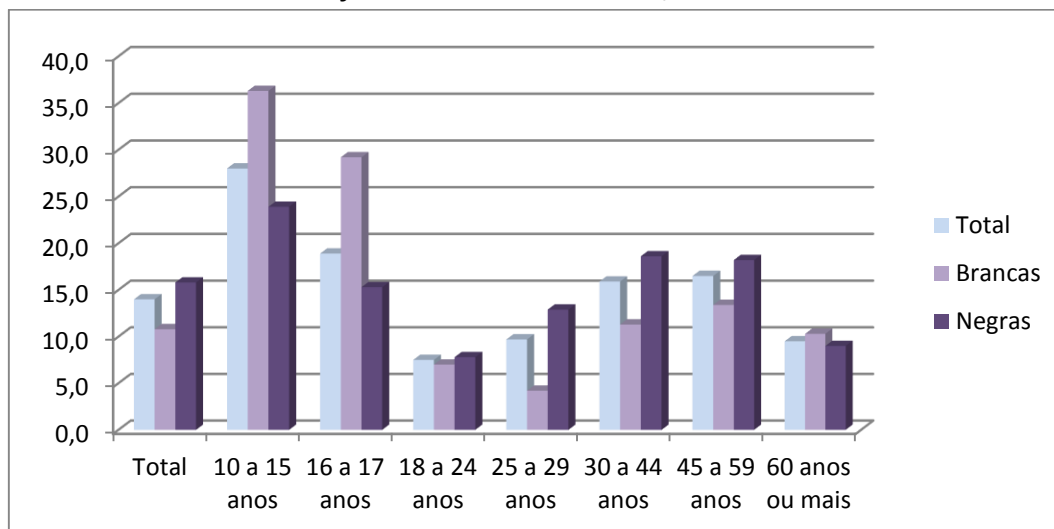
Tabela 5.1 - População ocupada em trabalho doméstico, por sexo, segundo cor ou raça e localização do domicílio – Pernambuco, 2013

Cor ou raça	Localização do Domicílio	Total	Homens	Mulheres
Total	Total	227.959	15.083	212.876
	Urbano	209.054	13.910	195.144
	Rural	18.905	1.173	17.732
Branco	Total	62.932	2.933	59.999
	Urbano	57.557	2.640	54.917
	Rural	5.375	293	5.082
Negro	Total	165.027	12.150	152.877
	Urbano	151.497	11.270	140.227
	Rural	13.530	880	12.650

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA/DISOC. Adaptação: SOS Corpo.

A distribuição por faixa etária dentro dessa população feminina ocupada em trabalho doméstico demonstra grande concentração na faixa de 10 a 17 anos, entre as mulheres brancas, respectivamente com 36,3% na faixa de 10 a 15 anos e 29,2% na faixa de 16 a 17 (conforme gráfico 5.1); diferentemente das mulheres negras, cuja concentração maior se assemelha apenas na faixa de 10 a 15 anos, com 23,9%, tendo o segundo maior índice na faixa de 30 a 44 anos, com 18,6%. Esse último percentual é muito próximo do da faixa de 45 a 59 anos, entre as negras, que chega a 18,2%.

Gráfico 5.1 – Proporção da População feminina ocupada em trabalho doméstico, segundo cor ou raça e faixa etária – Pernambuco, 2013



Tratando da dimensão educacional, destaca-se o aumento de anos de estudos das trabalhadoras domésticas de 16 anos ou mais, no intervalo entre 2003 e 2013: as mulheres negras avançaram em 2 anos de estudo, enquanto que as brancas avançaram 1,4 ano (conforme tabela 5.2 abaixo).

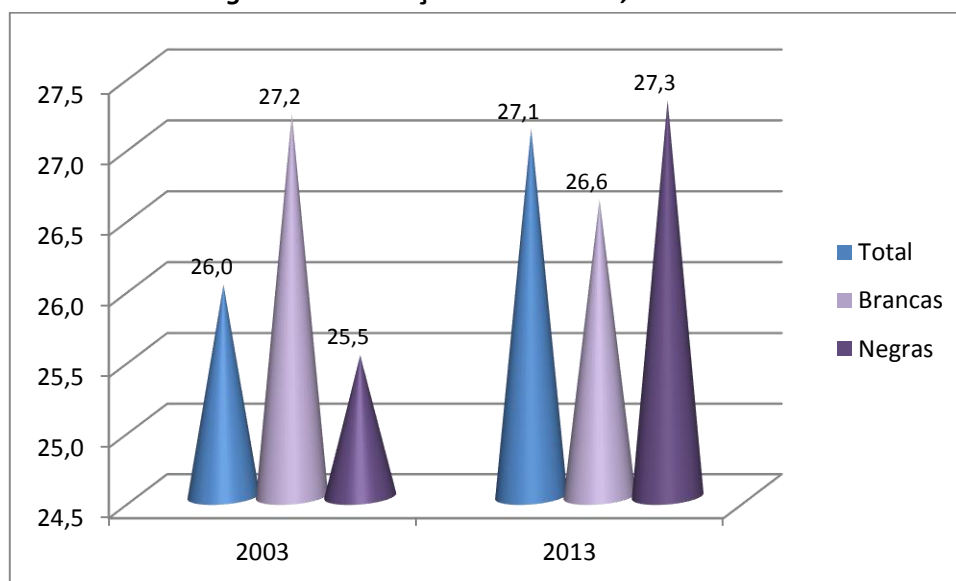
Tabela 5.2 - Média de anos de estudo das trabalhadoras domésticas com 16 anos ou mais de idade, segundo cor ou raça - Pernambuco, 2003 e 2013

Cor ou raça	Ano	
	2003	2013
Total	4,4	6,3
Brancas	4,8	6,2
Negras	4,3	6,3

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA/DISOC. Adaptação: SOS Corpo.

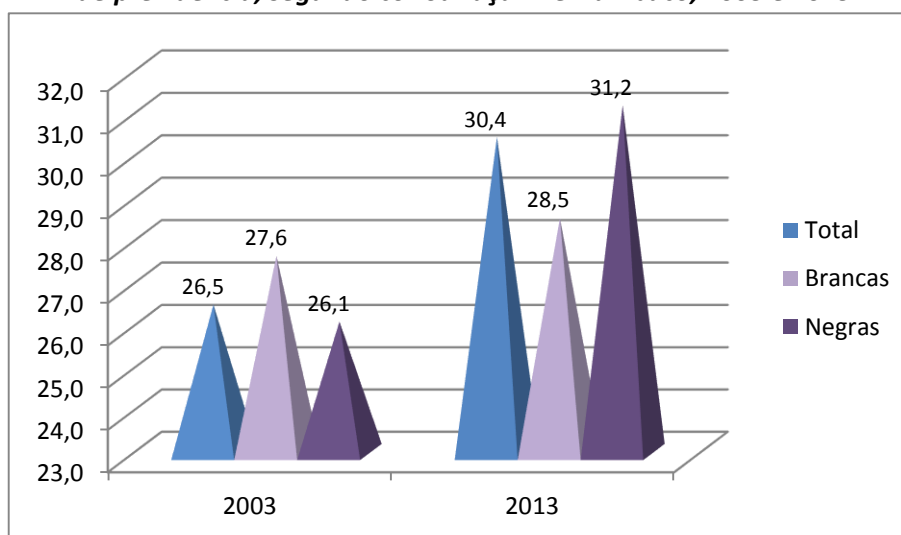
Conforme o gráfico 5.2, em relação à formalização, no intervalo entre 2003 e 2013, houve um aumento da proporção de trabalhadoras domésticas negras com carteira assinada, que subiu de 25,5% para 27,3%, um aumento superior ao total, que foi de 26,0% para 27,1%. Entre as trabalhadoras domésticas brancas este percentual caiu de 27,2% para 26,6%, no mesmo período.

Gráfico 5.2 - Proporção de trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada, segundo cor ou raça - Pernambuco, 2003 e 2013



No que se refere à contribuição para a previdência, as trabalhadoras negras contribuem em proporção maior que as brancas, sendo o percentual das negras de 31,2% e o das brancas de 28,5%. Observa-se que essa proporção aumentou para todas entre 2003 e 2013, mas o aumento foi maior entre as mulheres negras, que subiram mais de 5 pontos percentuais, enquanto que as brancas subiram pouco menos que 1 ponto.

Gráfico 5.3 - Proporção de trabalhadoras domésticas que contribuem para instituto de previdência, segundo cor ou raça - Pernambuco, 2003 e 2013



Sobre o acesso dos filhos das trabalhadoras domésticas à pré-escola ou creche, é possível observar, na tabela 5.3, abaixo, que as mulheres negras estão em franca desvantagem em relação às brancas, no segmento que conta com a carteira assinada. Neste segmento, a proporção de trabalhadoras brancas cujos filhos acessam pré-escola ou creche é de 10,1%, contra apenas 3,5% entre as trabalhadoras negras na mesma situação de formalização. Quando se verifica a situação das trabalhadoras sem carteira assinada, esse dado se inverte: a proporção de trabalhadoras negras

sem carteira assinada cujos filhos acessam a pré-escola ou creche é de 7,1%, contra 4,6% das brancas na mesma condição.

Tabela 5.3 - Proporção de trabalhadoras domésticas com filhos frequentando pré-escola ou creche, por posse de carteira, segundo cor ou raça - Pernambuco, 2003 e 2013

Cor ou raça	Carteira Assinada	2003	2013
Total	Total	8,3	6,1
	Sim	8,0	5,3
	Não	8,4	6,4
Branca	Total	10,5	6,1
	Sim	4,6	10,1
	Não	12,7	4,6
Negra	Total	7,5	6,1
	Sim	9,2	3,5
	Não	6,9	7,1

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA/DISOC. Adaptação: SOS Corpo.

Entre as trabalhadoras domésticas que são chefes de família, quando verificada a situação de pobreza destas famílias (conforme tabela 5.4 abaixo), as mulheres negras estão em situação semelhante à das brancas, na faixa das extremamente pobres, com 56,6%, contra 55,8% destas últimas. Na faixa de pobres e na faixa de não pobres, as mulheres brancas estão em maior proporção, respectivamente com 55,5% e 44,9%, contra 45,7% e 44,2% das mulheres negras.

Tabela 5.4 - Proporção de trabalhadoras domésticas que são chefes de família, por cor ou raça, segundo situação de pobreza - Pernambuco, 2003 e 2013

Situação de Pobreza	Total		Brancas		Negras	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Total	35,6	46,7	34,3	48,8	36,0	45,9
Extremamente Pobre (Até 1/4 de SM)	39,0	56,4	35,6	55,8	40,0	56,6
Pobre (Mais de 1/4 a 1/2 SM)	32,1	48,2	31,1	55,5	32,5	45,7
Não Pobre (Mais de 1/2 SM)	35,4	44,4	41,8	44,9	33,2	44,2

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA/DISOC. Adaptação: SOS Corpo.

6. PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

De acordo com o artigo “Evolução da Participação do Negro no Mercado de Trabalho Brasileiro – 1993, 2003 e 2013”, publicado pelo Ministério da Previdência Social (MPS) em seu Informe da Previdência Social, uma proporção de 67,8% dos/as trabalhadores/as negros/as ocupados/as com idade entre 16 e 59 anos estavam socialmente protegidos/as, em 2013. Esse dado significa 30,3 milhões de trabalhadores/as, quase 48% do total de trabalhadores ocupados no Brasil. Entre esses trabalhadores/as, estão 46,1% dos contribuintes do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Ainda segundo esse documento, entre os agricultores/as familiares segurados pelo RGPS, 59,2% se declaram negros/as. Esse dado indica uma predominância de agricultores/as familiares negros/as no campo, segundo o MPS.

Observando-se a evolução da proteção social entre os/as trabalhadores/as ocupados/as com idade entre 16 e 59 anos, verifica-se que houve crescimento para ambos os segmentos, entre 2003 e 2013: brancos subiram de 67,4% para 77,6% e negros de 56,7% para 67,8%. Entretanto, este mesmo dado visibiliza que, embora tenha havido melhoria para ambos, ainda estamos longe de superar as desigualdades.

O MPS informa ainda que, em 2013, 80,1% dos idosos negros acima de 60 anos estavam socialmente protegidos.

Nos dados relativos a Pernambuco, verifica-se que a proporção de mulheres negras idosas⁶ que recebiam benefício previdenciário⁷, em 2013, era de 74,5%, contra 76,1% de mulheres brancas. Comparando esses dados com 2003, nota-se uma redução nessa cobertura, que era de 78,4% naquele ano para as negras e 80,3% para as brancas. Houve redução também para os homens negros e brancos, como pode ser visto na tabela 6.1, abaixo.

Tabela 6.1 – Proporção da população idosa que recebe benefício previdenciário, segundo cor ou raça e sexo – Pernambuco, 2013

Cor ou raça	Sexo	2003	2013
		Total	80,8
Total	Homens	83,0	76,6
	Mulheres	79,2	75,2
Branco	Total	81,2	77,0
	Homens	82,4	78,3
	Mulheres	80,3	76,1
Negro	Total	80,5	75,0
	Homens	83,4	75,6
	Mulheres	78,4	74,5

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA/DISOC. Adaptação: SOS Corpo.

Conforme demonstrado no gráfico 6.1 abaixo, a cobertura direta⁸ e indireta⁹ da previdência pública se ampliou para o conjunto da população em idade ativa¹⁰. De maneira geral, para os homens essa

⁶ É considerada idosa a população com 60 anos ou mais de idade.

⁷ Considera-se a cobertura com benefício de aposentadoria e/ou pensão de qualquer regime de previdência pública básica (INSS e/ou funcionalismo público); contabiliza-se apenas uma pessoa para o caso de benefícios acumulados.

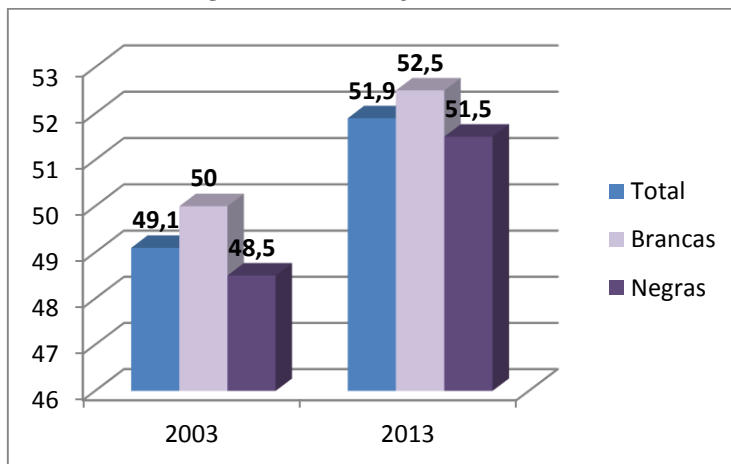
⁸ São considerados cobertos diretamente pela previdência pública aqueles que contribuem diretamente, os funcionários públicos, militares e empregados com carteira de trabalho assinada em qualquer trabalho na semana de referência e os segurados da previdência rural.

⁹ São considerados cobertos indiretamente pela previdência pública os cônjuges e filhos de até 21 anos de idade daqueles que são cobertos diretamente.

¹⁰ É considerada em idade ativa a população entre 10 e 59 anos de idade.

ampliação foi de 3 pontos percentuais e para as mulheres foi de 2,8 pontos, de 2003 para 2013. Ao observar os dados desagregados por cor ou raça, constata-se uma ampliação de 2,5 pontos para as mulheres brancas e de 3 pontos para as negras, que foram um pouco mais beneficiadas.

Gráfico 6.1 – Cobertura direta e indireta da previdência pública na população feminina em idade ativa, segundo cor ou raça – Pernambuco, 2003 e 2013



Na tabela 6.2, é possível observar a proporção da população feminina que contribui para a previdência privada¹¹. Verifica-se que a maioria das mulheres negras que contribui está na faixa de 5 a 10 salários mínimos (20,7%), assim como as mulheres brancas (17,2%). Entretanto, na faixa mais alta, que é acima de 10 salários mínimos, o percentual de mulheres brancas que contribui (16,3% é mais de 3 vezes o das mulheres negras (5,7%). Quando comparados esses dados com os de 2003, observa-se que houve redução para ambos os segmentos, contudo, a redução para as brancas foi em torno de 2 pontos percentuais e para as negras foi de cerca de 5 pontos, tendo-se reduzido praticamente à metade.

Tabela 6.2 – Proporção da população¹² feminina que contribui para a previdência privada, segundo faixa de salários mínimos¹³, por cor ou raça – Pernambuco, 2003 e 2013.

Faixa de Rendimento	Total		Brancos		Negros	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Total	2,3	2,4	3,3	2,6	1,6	2,3
Até 3 SM	1,5	1,7	2,1	1,6	1,1	1,8
De 3 a 5 SM	13,4	5,1	14,7	3,4	10,4	7,7
De 5 a 10 SM	22,8	18,5	16,7	17,2	33,9	20,7
Acima de 10 SM	14,7	11,9	18,2	16,3	10,6	5,7

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA/DISOC. Adaptação: SOS Corpo.

Por fim, ao verificar a distribuição percentual da população feminina que contribui para a previdência privada segundo a faixa de salários mínimos, é possível vislumbrar o quanto as mulheres

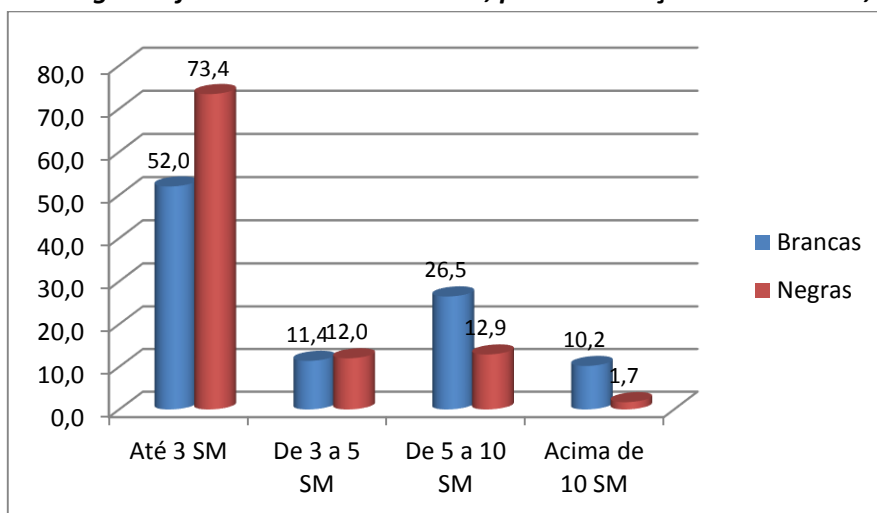
¹¹ O rendimento considerado para os números apresentados foi o rendimento de todos os trabalhos, deflacionado com base no INPC, período de referência set/2013. Pessoas que não informaram rendimento não foram consideradas neste cálculo.

¹² População ocupada de 20 a 70 anos de idade, residente em áreas urbanas.

¹³ Valores com base no salário mínimo em set/2013, R\$ 678,00.

negras estão excluídas das possibilidades de garantir uma aposentadoria mais confortável para si (considerando que esse é um dos principais objetivos das pessoas que contribuem para a previdência privada). Entre as negras que contribuem para esse tipo de previdência, a maioria absoluta se localiza na faixa mais baixa, de até 3 salários mínimos (73,4%); entre as brancas, esse percentual é de 52,0%. Já no outro extremo das faixas (acima de 10 salários mínimos) a proporção das mulheres brancas que contribui (10,2%) é 6 vezes maior que o das mulheres negras (1,7%), conforme o gráfico 6.2 abaixo¹⁴.

Gráfico 6.2 – Distribuição percentual da população feminina que contribui para a previdência privada segundo faixa de salários mínimos, por cor ou raça – Pernambuco, 2013



7. SAÚDE

As condições de saúde de uma pessoa são determinadas por diferentes fatores (os chamados determinantes sociais de saúde), tais como acesso à educação, renda, local de moradia, alimentação e condições de trabalho, entre outros. Objetivamente, esses fatores tornam as mulheres mais vulneráveis que os homens às situações de adoecimento, ainda que a mortalidade entre estas seja menor. No caso das mulheres negras, deve-se somar o sexismo e o racismo. A intersecção entre esses fatores gera disparidades entre os segmentos da população, no que diz respeito ao acesso e à qualidade do atendimento que é oferecido.

A saúde é um direito garantido pela Constituição Federal do Brasil e uma condição básica para o exercício da cidadania. As mulheres negras estão em condição de desvantagem em praticamente todos os indicadores de saúde, mas estas desvantagens não são resultantes de características genéticas; elas são geradas pelos determinantes já citados, especialmente o racismo, em suas manifestações institucionalizadas nos diversos serviços de atendimento existentes.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) foi aprovada no Conselho Nacional de Saúde em 2006 e formalizada pelo Ministério da Saúde (MS) em 2009, através da Portaria 992, de 13/05/2009. Em julho de 2010, a PNSIPN adquire ainda mais força legal, pois é incluída na Lei 12.288/2010, o Estatuto da Igualdade Racial. De acordo com o MS, esta Política “visa

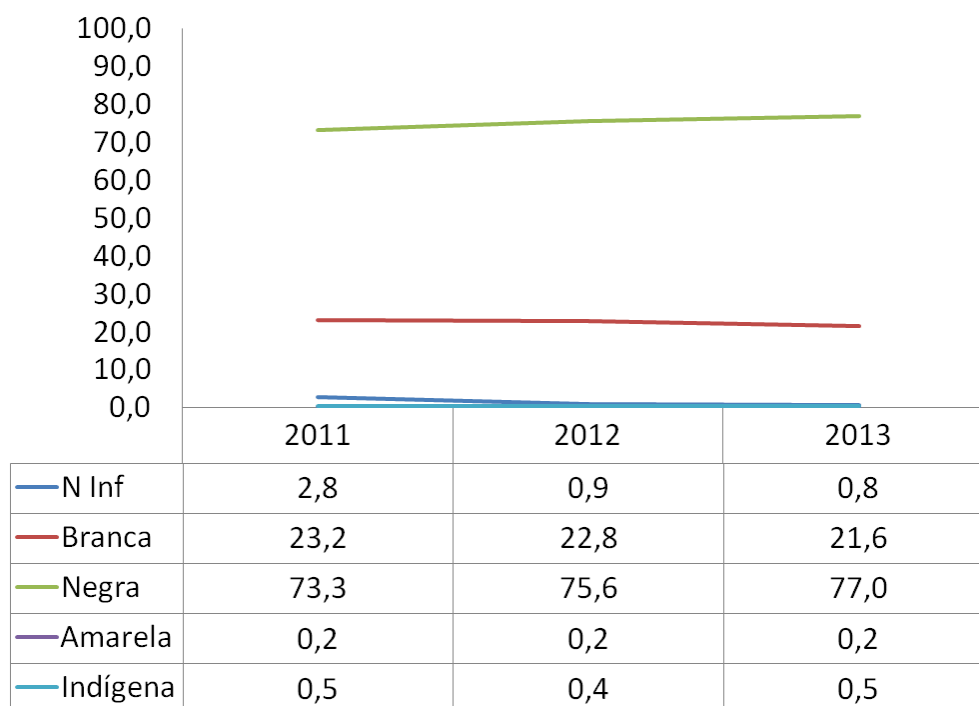
¹⁴ Foram consideradas para este item as mesmas variáveis explicitadas nas notas 11, 12 e 13 (ver página anterior).

garantir a equidade e a efetivação do direito à saúde de negras e negros. Tendo como marca o reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde, estabelece objetivos, diretrizes, estratégias e responsabilidades da gestão em todas as esferas. Entre suas diretrizes e objetivos inclui ações de cuidado, atenção, promoção à saúde e prevenção de doenças, bem como de gestão participativa, participação popular e controle social, produção de conhecimento, formação e educação permanente para trabalhadoras e trabalhadores da saúde, visando à promoção da equidade em saúde da população negra”¹⁵. A PNSIPN deve ser implementada em todo o país, em todos os serviços de saúde.

Neste capítulo, apresentamos alguns dados da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SES-PE), baseados em dados do Ministério da Saúde, que demonstram as disparidades vivenciadas pelas mulheres negras, em diferentes campos da saúde.

No gráfico 7.1 é possível observar os dados sobre a proporção de nascidos vivos em Pernambuco. Em 2013, 77% dos nascidos vivos no estado eram de mães negras. Isso significa um aumento de quase cinco pontos percentuais em relação ao ano de 2011, quando esse dado era de 73,3%. Já a proporção de nascidos vivos de mães brancas, no mesmo período, teve uma queda de quase dois pontos percentuais, de 23,2% para 21,6%.

Gráfico 7.1 - Proporção de nascidos vivos segundo cor ou raça da mãe – Pernambuco, 2011 a 2013



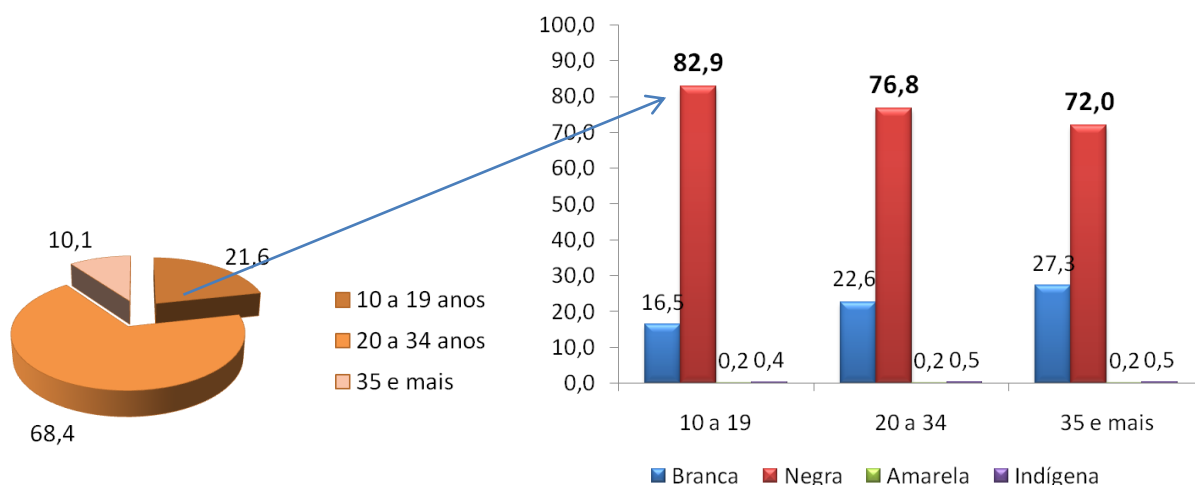
Fonte: SINASC/GMVEV/DG-IAEVE/SEVS/SES-PE

Outro dado bastante significativo diz respeito à faixa etária das mães negras. O gráfico 7.2 mostra que 82,9% dos nascidos vivos em 2013 eram de mães negras na faixa de 10 a 19 anos. Nessa faixa

¹⁵ Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15580&Itemid=803. Acessado em 01/10/2015.

etária estavam concentrados 21,6% do total de nascimentos em Pernambuco naquele ano, de mães negras e brancas, mas a proporção de mães negras é mais de 5 vezes superior a de mães brancas. Isso significa que ainda é preocupante o volume de gravidez em mulheres negras adolescentes ou muito jovens.

Gráfico 7.2 - Nascidos vivos segundo a faixa etária da mãe – Pernambuco, 2013

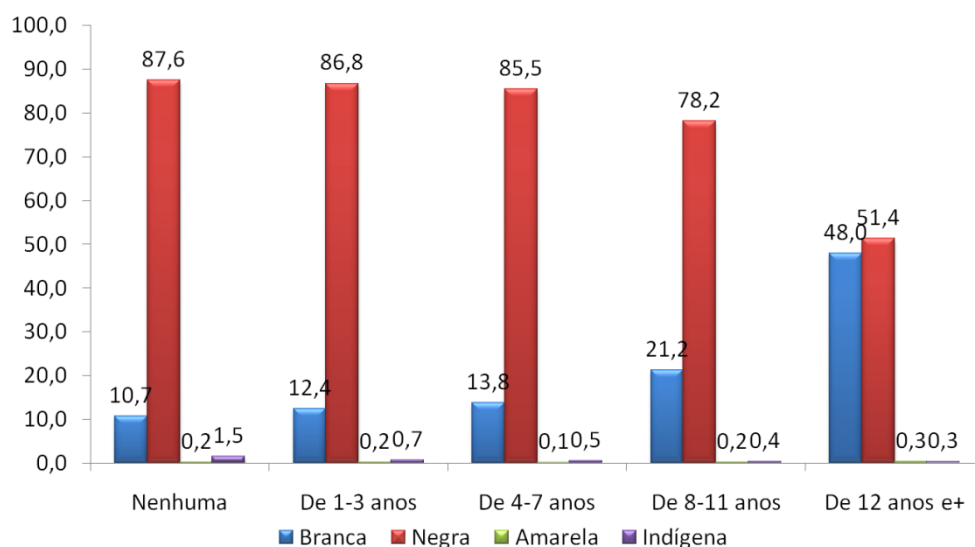


Fonte: SINASC/GMVEV/DG-IAEVE/ SEVS/SES-PE

*Dados captados em 01/10/2014

Já no gráfico 7.3, observam-se os dados dos nascidos vivos de acordo com a escolaridade das mães, referentes ao ano de 2013. Nota-se que a maior disparidade entre mulheres brancas e negras está na faixa com nenhuma escolaridade, onde a proporção de nascidos é de 87,6% de mães negras e 10,7% de mães brancas. No outro extremo, ou seja, na faixa com escolaridade de 12 anos ou mais, a diferença é de um pouco mais de 3 pontos percentuais, sendo 51,4% nascidos de mães negras e 48,0% de mães brancas. Esse é um dado que traz, entre outras interpretações, a informação de que as mulheres com maior escolaridade têm mais acesso a informações e mecanismos de contracepção, tendo, portanto, uma vida sexual e reprodutiva relativamente mais saudável.

Gráfico 7.3 - Nascidos Vivos, segundo escolaridade materna – Pernambuco, 2013



Fonte: SINASC/GMVEV/DG-IAEVE/SEVS/SES-PE

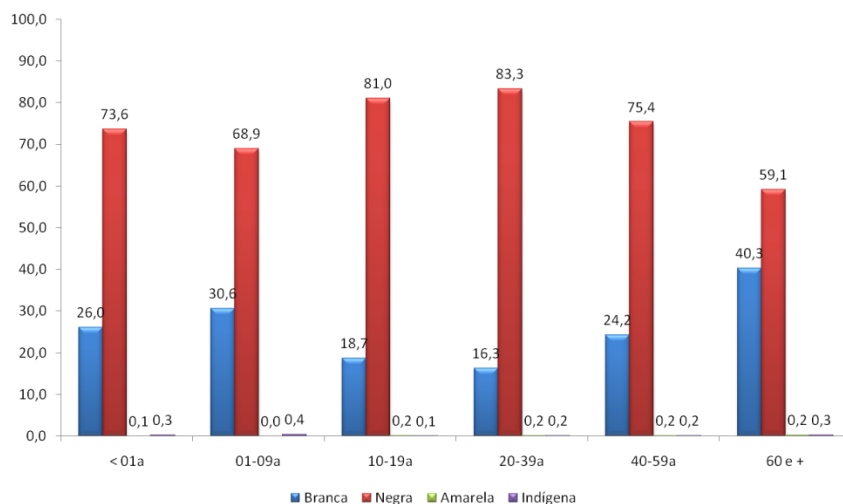
*Dados captados em 01/10/2014

Mortalidade entre as Mulheres

Os dados disponibilizados pela SES-PE¹⁶ demonstram que as mulheres negras morrem numa proporção bem maior que as mulheres brancas. Como pode ser visto no gráfico 7.4, a maior disparidade está na faixa dos 20 aos 39 anos, onde as mulheres negras são 83,3% das mortes e as brancas 16,3%. É importante lembrar que a proporção de mulheres negras no conjunto das mulheres pernambucanas é de cerca de 64%, o que comprova a desproporção desses dados de mortalidade em relação às brancas. Na faixa de 10 a 19 anos, que marca toda a adolescência e o início da juventude, os números são também alarmantes, as mulheres negras representam 81,0% das mortes, enquanto que as brancas 18,7%. A menor disparidade se verifica na faixa de 60 anos e mais, onde as mulheres negras perfazem 59,1% das mortes e as brancas 40,3%.

¹⁶ Dados colhidos do levantamento intitulado “Nascimento, Adoecimento e a Morte nas Mulheres Negras Pernambucanas – Perfil Epidemiológico”, de Sony Santos, em setembro de 2015.

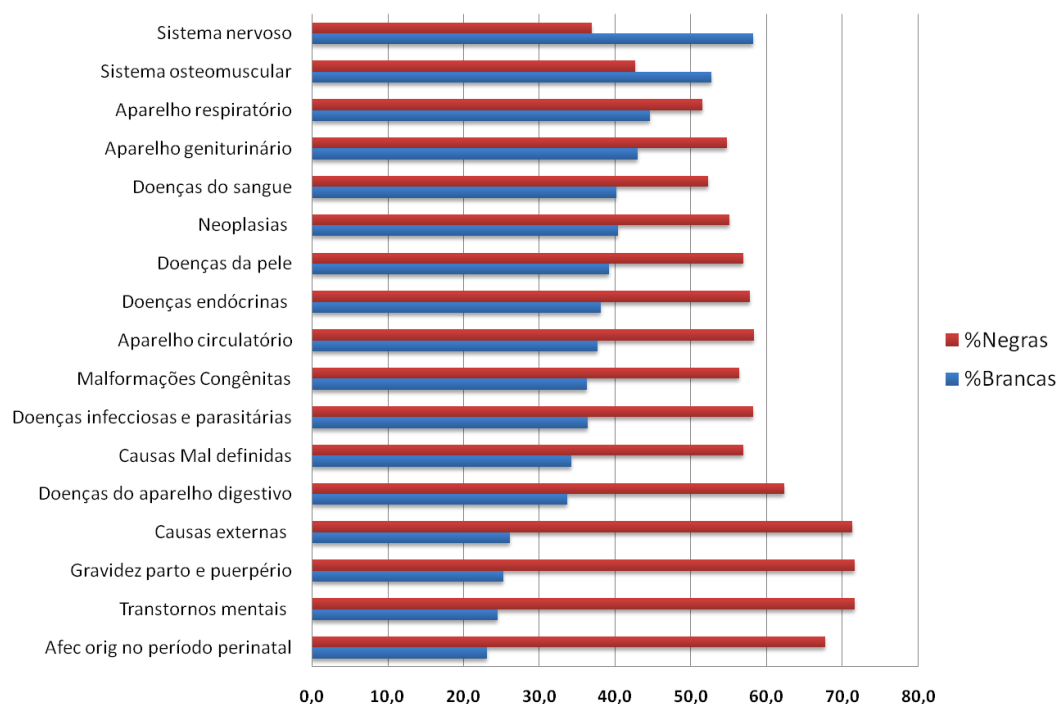
Gráfico 7.4 - Óbitos de mulheres, segundo raça/cor por faixa etária – Pernambuco, 2013



Fonte: SIM/GMVEV/DG-IAEVE/SEVS/SES-PE

No gráfico 7.5, é possível identificar as causas de morte de mulheres negras e brancas. Entre as mulheres negras, as principais causas são as doenças do aparelho digestivo, as causas externas (acidentes e violência), gravidez/parto/puerpério, transtornos mentais e afecções originadas no período perinatal. É importante destacar que nas quatro últimas causas, a proporção de morte de mulheres negras é mais de 2,5 vezes superior à das mulheres brancas.

Gráfico 7.5 - Óbitos segundo raça/cor por causa/capítulo (CID 10) - Pernambuco, 2013



Fonte: SIM/GMVEV/DG-IAEVE/SEVS/SES-PE

Mortalidade Materna

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define mortalidade materna, segundo expresso na Classificação Internacional de Doenças- 10ª Revisão (CID-10), como “morte de uma mulher durante a gestação ou dentro de um período de 42 dias após o término da gestação, independente da

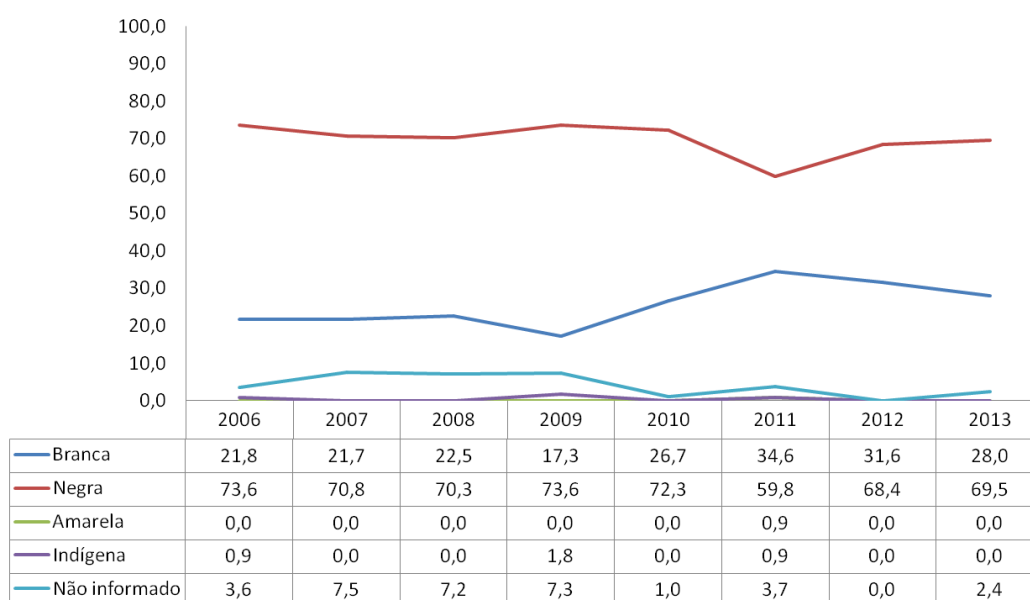
duração ou da localização da gravidez, devido a qualquer causa relacionada com ou agravada pela gravidez ou por medidas em relação a ela, porém não devida a causas acidentais ou incidentais”¹⁷.

Os dados nacionais recentemente divulgados pelo Ministério da Saúde¹⁸ demonstram que a mortalidade materna entre as mulheres negras tem aumentado no país. O Relatório Socioeconômico da Mulher 2014 (RASEAM 2014), da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), informa que em 2013 62,8% das mortes decorrentes de gravidez atingem mulheres negras e 35,6% mulheres brancas. De 2000 para 2012, as mortes por hemorragia entre as mulheres brancas caíram de 141 casos por 100 mil partos para 93 casos; entre as mulheres negras, aumentou de 190 para 202. As mortes de mulheres brancas por aborto caíram de 39 para 15 por 100 mil partos; entre as negras, aumentou de 34 para 51.

Os especialistas dizem que parte desses números se deve à ampliação da investigação das mortes maternas, que vem aumentando nos últimos anos. A taxa de mortalidade materna no Brasil atualmente está em torno de 62 casos por mil, ainda longe da meta estabelecida nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, que é de 35 mortes por mil e cujo prazo se encerra agora no ano de 2015.

No estado de Pernambuco, os índices são diferentes. De acordo com informações da Secretaria Estadual de Saúde (com dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde) as mortes entre as mulheres vêm diminuindo de maneira geral, e também entre as mulheres negras, tal como pode ser visto no gráfico 7.6 abaixo. Entre os anos de 2006 e 2013, as mortes entre mulheres negras caíram de 73,6% para 69,5% do total de mortes maternas. Já entre as brancas, houve um aumento de 21,8% para 28%, no mesmo período.

Gráfico 7.6 - Óbitos maternos segundo raça/cor - Pernambuco, 2006 a 2013



Fonte: SIM/GMVEV/DG-IAEVE/SEVS/SES-PE

¹⁷ Fonte: World Health Organization. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde; 10ª Revisão. CBCD, São Paulo; 1995.

¹⁸Fonte: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/489786-MORTALIDADE-MATERNA-ENTRE-NEGRAS-AUMENTOU-NO-BRASIL.html>. Acessado em 29/09/2015.

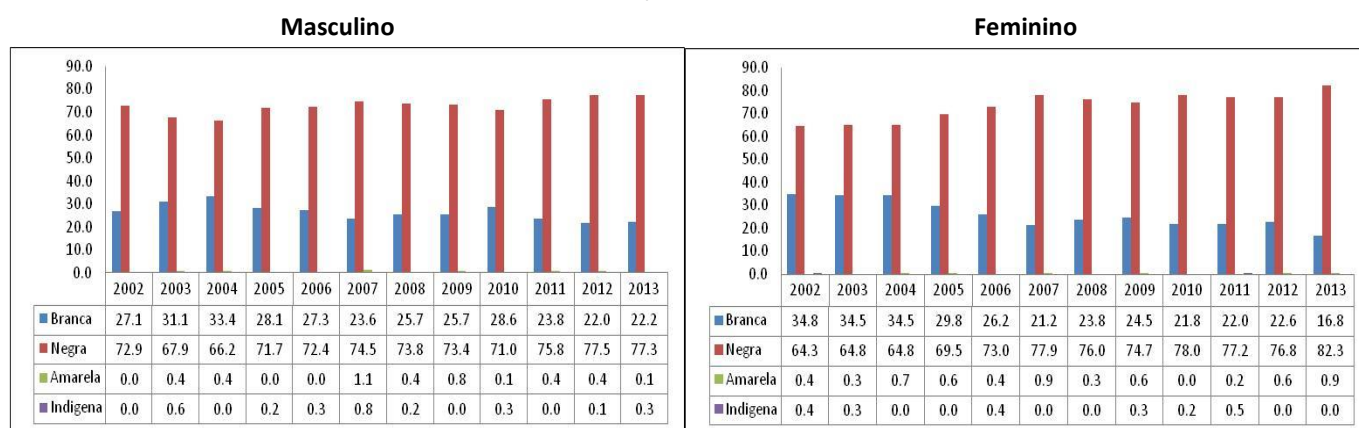
A feminização da AIDS tem cor

Diferentes estudos constataam que, a partir dos anos 1990, a epidemia de HIV/AIDS sofreu uma maior (e crescente) interiorização da doença, assim como seu alastramento entre os mais pobres. Acrescenta-se a isso um crescimento de casos entre as mulheres – a feminização da epidemia. De acordo com dados do Ministério da Saúde, a contaminação das mulheres se dá, majoritariamente, através de relações heterossexuais, e a maioria dessas mulheres infectadas vive com parceiros fixos.

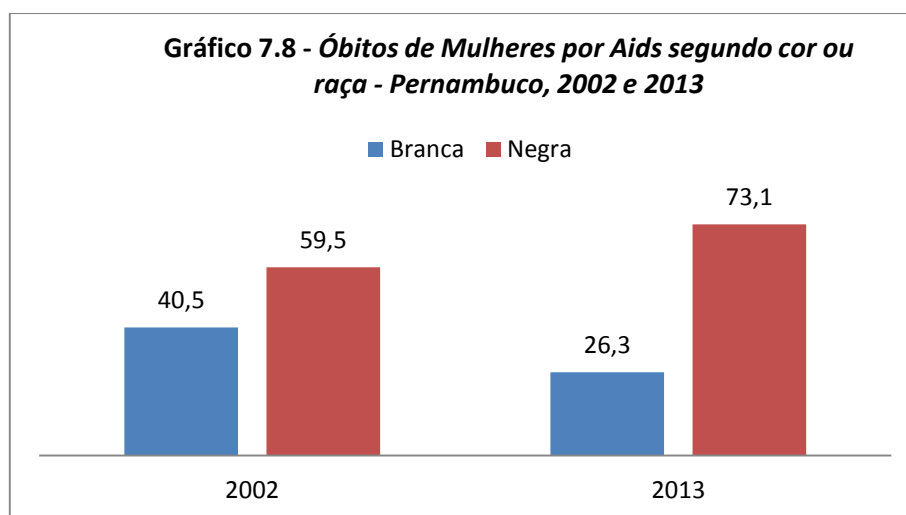
O RASEAM 2014 informa ainda que vêm aumentando o número de mulheres diagnosticadas com HIV/AIDS na faixa etária de 35 a 39 anos. Segundo esse Relatório, a taxa de incidência de HIV/AIDS em 2012 era de 14,5 casos para cada 100.000 mulheres, sendo que todas as faixas etárias entre 25 e 59 anos apresentaram taxas acima da média nacional. As taxas de mortalidade mais altas estão nas Regiões Sul, Sudeste e Norte, com 6,1 mortes, 4,4 e 4,3, respectivamente.

Os dados de Pernambuco (ver gráfico 7.7) revelam uma situação de aumento da proporção de casos de AIDS entre as mulheres negras, no período de 2002 a 2013. Em 2002 as mulheres negras representavam 64,3% dos casos, e em 2013 passaram a representar 82,3%. Entre as brancas, esse percentual caiu de 34,8% para 16,8%, no mesmo período. Entre os homens a situação é também de queda para os brancos e aumento para os negros, mas com variações menores: os homens brancos caíram de 27,1% para 22,2% e os negros subiram de 72,9% para 77,3%. O percentual de mulheres negras é quase cinco vezes maior que o das brancas, uma situação que pode ser classificada como alarmante.

Gráfico 7.7 - Proporção de casos de Aids por sexo segundo raça/cor residentes – Pernambuco, 2002 a 2013



Esse aumento de casos entre as mulheres negras se reflete no número de óbitos registrados também no período de 2002 a 2013 (conforme o gráfico 7.8): o percentual de mulheres brancas no total de mortes por AIDS no estado caiu de 40,5% para 26,3%, enquanto que o percentual de mulheres negras aumentou de 59,5% para 73,1%. Isso significa que as mulheres negras morrem cerca de 2,7 vezes mais de AIDS que as brancas, em Pernambuco.



Fonte: SIM/GMVEV/DG-IAEVE/SEVS/SES-PE

Acerca de situações de discriminação no serviço de saúde, a Pesquisa Nacional de Saúde 2013 traz um importante dado: no estado de Pernambuco, a proporção de pessoas de 18 anos ou mais de idade que já se sentiram discriminadas no serviço de saúde é de 9,7% para os homens e de 13,7% para as mulheres, ou seja, os homens são mais bem tratados que as mulheres no sistema de saúde. Quando esse mesmo dado é analisado por cor ou raça, a proporção de pessoas que se sentiram discriminadas é de 10,3% para as brancas, 16,7% para pretas e de 11,8% para pardas. Ainda que não seja possível identificar especificamente as mulheres negras dentro desses dados, cabe aqui lembrar a demanda permanente das organizações de mulheres negras para que sejam estabelecidas estratégias de enfrentamento ao racismo institucional na Saúde, porque ele é um fator determinante na qualidade do atendimento que é oferecido à população negra.

8. VIOLÊNCIA

De acordo com o RASEAM 2014, “o ciclo da violência doméstica contra as mulheres é, em geral, um *continuum* que pode evoluir em um crescendo, culminando com a morte das mulheres agredidas. Os dados relativos a mortes violentas entre a população feminina podem estar, desta forma, relacionados a práticas violentas, sexistas e misóginas no âmbito doméstico e familiar. A relação de causa e efeito entre violência doméstica e estatísticas de mortes violentas entre mulheres mereceria, assim, uma análise científica aprofundada, a fim inclusive de se poder incidir nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Em 2012 [em nível nacional], a taxa de homicídio para a população feminina era de 4,6 mortes para cada 100.000 mulheres; sendo que, entre as mulheres de 20 a 24 anos de idade, a taxa observada era de 8,1.

O balanço do Disque 180 referente a 2013 relata que quase 60% das mulheres que buscaram esse serviço eram negras (dados informados no RASEAM 2014). Infelizmente, no balanço desse mesmo serviço referente a 2014, não há mais esse dado dos atendimentos desagregado por cor ou raça. Por outro lado, o balanço do Disque 180 referente a 2014 situa Pernambuco no 20º lugar no ranking nacional de quantidade de registros, com uma taxa de 39,18 por grupo de 100.000 mulheres.

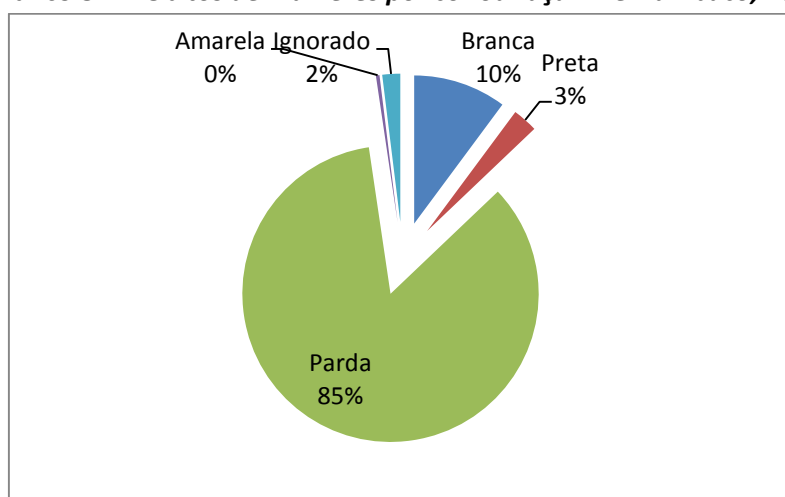
Em relação às mortes por agressão, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014 informa que em 2013 foram mortas em Pernambuco um total de 2.846 pessoas, sendo 211 pessoas brancas, 64

pretas e 2.709 pardas. Esses números indicam que 89,6% das pessoas mortas no estado naquele ano eram negras.

Esses mesmos dados do Anuário 2014, quando desagregados por sexo, indicam que, do total de mortes registradas, 91,9% foram homens e 8% foram mulheres. Foram mortas 249 mulheres em Pernambuco, em 2013.

Quando comparados esses dados do Anuário com os divulgados pelo Sistema de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM-MS), percebe-se uma diferença de 7 óbitos, ou seja, de acordo com o SIM-MS, em 2013 houve 256 óbitos de mulheres no estado de Pernambuco, sendo 26 de mulheres brancas, 7 de pretas, 1 de amarela e 217 de pardas. Considerando esses dados, as mortes de mulheres negras perfaziam cerca de 88% dos homicídios femininos no estado naquele ano, tal como pode ser visto no gráfico 8.1.

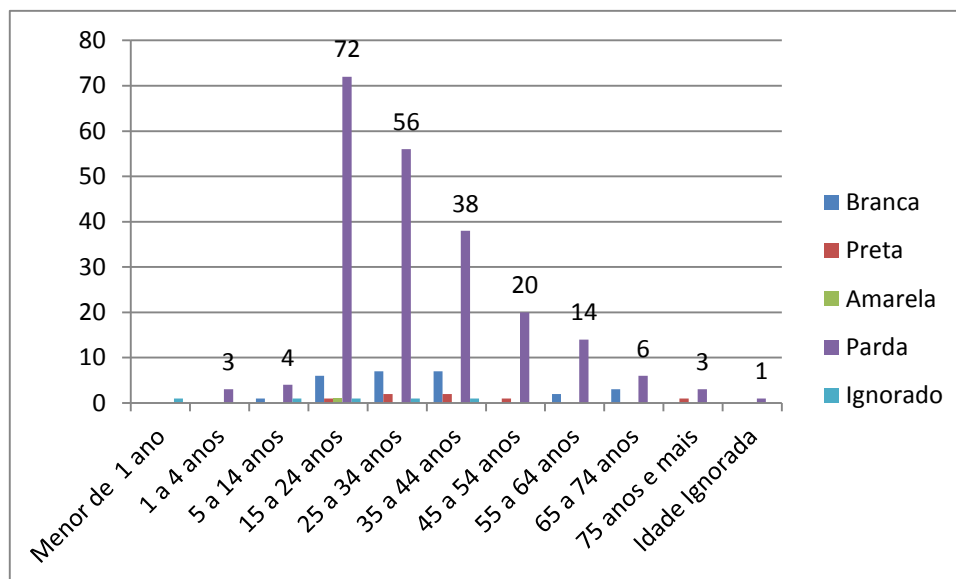
Gráfico 8.1 – Óbitos de mulheres por cor ou raça – Pernambuco, 2013



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Esses mesmos números do SIM, quando desagregados por faixa etária, indicam outro aspecto preocupante da morte entre as mulheres negras: o maior número de mortes se concentra na faixa de 15 a 24 anos, tal como pode ser visto no gráfico 8.2.

Gráfico 8.2 – Óbitos de mulheres, por cor ou raça e faixa etária – Pernambuco, 2013



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Violência Sexual

Também de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014, em 2013 foram registrados no país 50.320 estupros, um pequeno aumento em relação ao ano anterior, quando ocorreram 50.224 casos. O Anuário informa que, segundo pesquisas internacionais, apenas 35% das vítimas costuma relatar o fato à polícia, o que significa que pode ter havido no Brasil um número em torno de 143 mil estupros naquele ano. Entretanto, os especialistas afirmam que são necessários estudos mais aprofundados para se ter uma análise mais precisa da situação. Diferentes pesquisas têm divulgado índices muito distintos: a Pesquisa Nacional de Vitimização (2013) constatou que no Brasil, apenas 7,5% das vítimas de violência sexual vão a delegacias registrar o crime; já o IPEA, em sua pesquisa “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde”, informa que as notificações ficam em torno de 10% e estima que cerca de 527 mil pessoas sejam estupradas por ano no país.

O Anuário informa que os casos de estupro em Pernambuco também sofreram um aumento entre os anos de 2012 e 2013, subindo de 2.107 para 2.424 casos. Esses números significam que a taxa de estupros por 100 mil habitantes no estado subiu de 23,6 para 26,3, nesse mesmo período.

População Carcerária

No que se refere à população carcerária, os dados do Anuário informam que em 2013 havia 28.886 homens e 2.028 mulheres presas no sistema penitenciário, em Pernambuco. Quando comparamos esses dados aos do ano anterior, nota-se que houve um aumento no número de mulheres em situação prisional, já que em 2012 havia no estado 1.870 presas no sistema penitenciário. As mulheres constituíam em 2013 6,6% do total da população carcerária no estado. Infelizmente, o Anuário não informa essa população feminina carcerária por cor ou raça, o que nos impede de identificar o percentual de mulheres negras que estão nesta situação no estado.

9. REPRESENTAÇÃO NO PODER LEGISLATIVO

Nas eleições de 2014, pela primeira vez na história do Brasil, o quesito cor ou raça foi um item de preenchimento obrigatório no cadastro de candidatos e candidatas; uma antiga reivindicação do movimento negro brasileiro que finalmente foi acatada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A partir dos dados coletados, será possível se desenvolver análises sobre as candidaturas e também sobre os resultados dos pleitos eleitorais no país, com a perspectiva racial.

O estado de Pernambuco teve, nas eleições de 2014, 655 candidaturas aptas, assim distribuídas:

**Tabela 9.1 - Eleições Gerais 2014 – Pernambuco - 1º Turno –
Candidatos/as por cargo e cor ou raça**

Cargo	Cor ou raça	Quantidade	%
Governador	Branca	4	66,67
	Preta	2	33,33
Subtotal		6	
Vice-governador	Branca	3	50,00
	Parda	3	50,00
Subtotal		6	
Senador	Branca	3	60,00
	Parda	2	40,00
Subtotal		5	
Deputado Federal	Branca	60	39,47
	Indígena	1	0,66
	Parda	81	53,29
	Preta	10	6,58
Subtotal		152	
Deputado Estadual	Amarela	9	1,89
	Branca	196	41,18
	Indígena	2	0,42
	Parda	238	50,00
	Preta	31	6,51
Subtotal		476	
Senador 1º Suplente	Branca	3	60,00
	Parda	1	20,00
	Preta	1	20,00
Subtotal		5	
Senador 2º Suplente	Branca	2	40,00
	Parda	2	40,00
	Preta	1	20,00
Subtotal		5	
Subtotal		655	
Total Geral		655	

É facilmente perceptível, a partir desse quadro inicial, que, para os cargos mais altos, como Governador e Senador, o percentual de candidatos brancos é superior ao de negros, sendo de 66,67% para o primeiro cargo e 60% para o segundo.

Quando se observam os números relativos ao cargo de Deputado Federal, essa situação já se altera, passando os negros (pretos + pardos) a somarem 59,87% do total de candidatos. Para este cargo,

as candidaturas de brancos somaram 39,47%. Situação semelhante se dá em relação ao cargo de Deputado Estadual, onde 56,51% dos candidatos eram negros e 41,18% eram brancos.

As mulheres negras nas Eleições 2014 em Pernambuco

Ainda que o site do TSE não gere tabelas cruzando os dados de sexo e cor ou raça das candidaturas (gera apenas tabela por cargo e sexo ou por cargo e cor ou raça), é possível verificar esses dados consultando os cadastros das candidatas. Na tabela 9.2 abaixo podem ser observados os dados desagregados por cargo e sexo, de maneira geral.

Para o cargo de Governador/a, não houve candidaturas femininas. Já para Vice-governador, houve apenas duas candidatas, sendo que uma se declarou branca e a outra se declarou parda, ainda que seu perfil físico seja de uma pessoa que é socialmente tratada como branca¹⁹.

Ambas as candidatas ao cargo de Senador/a se declararam como brancas.

Para Deputado/a Federal, foram 152 candidatos/as, sendo 40 mulheres. Entre estas, 13 se autodeclararam como brancas e 26 como negras (sendo 5 pretas e 21 pardas). Entre as que se declararam como pardas, mais de 40% têm um perfil físico que no Brasil é socialmente tratado como branco, o que gera algumas questões sobre esses dados. Entretanto, como a regra do preenchimento do quesito é a auto-declaração, conclui-se que houve 13 candidatas brancas, 26 negras e 1 indígena, ou seja, 65% das candidatas a este cargo eram negras e 32% brancas.

Para o cargo de Deputado/a Estadual, Pernambuco teve 476 candidatos/as, sendo 130 mulheres. Entre estas, 57% eram mulheres negras e 41% brancas. Em números absolutos, houve 65 candidatas pardas, 53 brancas, 9 pretas, 2 amarelas e 1 indígena.

Observando esses dados, nota-se que o percentual de candidatas negras foi bem maior para o cargo de Deputado/a Federal do que para o de Deputado Estadual (quase 10 pontos percentuais de diferença). Entretanto, repete-se neste último cargo a mesma situação de candidatas de perfil socialmente considerado branco que se identificaram como pardas.

**Tabela 9.2 - Eleições Gerais 2014 – Pernambuco - 1º Turno –
Candidatos/as por cargo e sexo**

Cargo	Sexo	Quantidade	%
Governador	Masculino	6	100,00
Subtotal		6	
Vice-governador	Masculino	4	66,67
	Feminino	2	33,33
Subtotal		6	
Senador	Masculino	3	60,00
	Feminino	2	40,00
Subtotal		5	

¹⁹ É importante ressaltar que esse comentário se baseia na observação da pesquisadora sobre as fotos das candidatas registradas pelo TSE.

Deputado Federal	Masculino	112	73,68
	Feminino	40	26,32
Subtotal		152	
Deputado Estadual	Masculino	346	72,69
	Feminino	130	27,31
Subtotal		476	
Senador 1º Suplente	Masculino	3	60,00
	Feminino	2	40,00
Subtotal		5	
Senador 2º Suplente	Masculino	3	60,00
	Feminino	2	40,00
Subtotal		5	
Total Geral		655	

Ao final do processo eleitoral, a composição da Assembleia Legislativa de Pernambuco passou a ser de 44 deputados e 5 deputadas, todas elas autodeclaradas brancas. Esse é um dado que deverá ser analisado com maior profundidade, não só tomando como referência comparativa o número de mulheres negras que se candidataram e não conseguiram se eleger (eram mais de 50% das candidatas), como também o fato de que estas mulheres, negras, representaram no processo eleitoral um segmento que soma hoje 64% do total de mulheres pernambucanas, como citamos no início deste trabalho. Considerando a cultura institucional da casa legislativa (extremamente corporativa, onde cada parlamentar defende o “seu segmento”) e também o princípio do protagonismo dos sujeitos políticos na defesa de suas causas, é preocupante a total ausência de mulheres negras nesse espaço de decisão, pois isso não permite que tenhamos expectativas de que esse segmento seja contemplado tanto no conteúdo das peças legais elaboradas e aprovadas, como também nas políticas públicas que são formuladas a partir dessa legislação.

10. MULHERES QUILOMBOLAS

De acordo com os dados da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, o estado de Pernambuco tem 131 Comunidades Remanescentes de Quilombo certificadas²⁰.

Segundo o Diagnóstico Socioassistencial População Indígena e Quilombola, elaborado pelo Governo do Estado de Pernambuco a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), o estado tinha em dezembro de 2013 uma população de 19.104 pessoas de comunidades quilombolas cadastradas no CadÚnico, sendo que 97,13% destas com renda per capita de até R\$ 362,00. Entre estas, cerca de 78% possuem renda per capita de até R\$ 75,00, o que caracteriza situação de extrema pobreza. Infelizmente, esses dados não estão desagregados por sexo e por cor ou raça. A maioria dos dados produzidos sobre essas comunidades, inclusive, são agrupados por famílias.

Pernambuco é considerado um estado de referência para a luta quilombola no Brasil. Grande parte do Quilombo dos Palmares se localizava nas terras da chamada Capitania de Pernambuco, no final do século XVI e início do século XVII.

²⁰ Fonte: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/quadro-geral-por-estado-ate-23-02-2015.pdf>. Acesso em 19/10/15.

As mulheres sempre tiveram participação destacada nas lutas quilombolas no estado e duas das principais comunidades foram criadas por mulheres e até hoje são lideradas por elas, tendo a importância das mulheres destacada inclusive nos nomes: Conceição das Crioulas e Onze Negras. Para este item, dialogamos com uma das principais lideranças atualmente das comunidades quilombolas no estado de Pernambuco, Valdeci Maria da Silva Oliveira, Coordenadora Geral da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas, comunidade situada no município de Salgueiro, sertão de Pernambuco.

Ao ser indagada sobre as questões que mais preocupam as mulheres nas comunidades quilombolas atualmente, Valdeci cita a educação, a saúde, o trabalho e a violência.

Em relação à Educação, uma preocupação é a dificuldade de garantir uma boa formação para os filhos/as, frente ao peso das novas tecnologias. Os/as adolescentes e jovens vivem constantemente ligados ao celular, navegando na internet e pouco se dedicam aos estudos. Valdeci percebe que esse contato exacerbado com a tecnologia muitas vezes gera rebeldia, e a mulher acaba sendo responsabilizada por comportamentos inadequados de seus filhos/as. Destaca também que, ainda que as Comunidades possuam escolas ditas diferenciadas (Conceição das Crioulas tem 4 escolas), os/as professores/a expressam resistências em assumir uma educação diferenciada, que valorize a história, a luta e a identidade da comunidade. Sente que os/as professores/as ainda não priorizam conteúdos que interessam às comunidades. Outro aspecto que ela destaca é a dificuldade dos/as jovens que concluem o Ensino Médio para acessar a universidade. Como só há ensino superior em Salgueiro, esses/as jovens dependem do transporte fornecido pela Prefeitura para irem às aulas. O transporte existente é insuficiente e as famílias não têm recursos para garantir outras alternativas. Ela destaca que a maioria dos/as jovens que estão nessa condição são mulheres.

No campo da Saúde, informa que Conceição das Crioulas, como outras comunidades, dispõe de apenas um posto de saúde, que oferece atendimento de segunda a sexta feiras, durante cerca de 4 horas, pela manhã. Sendo assim, a comunidade não dispõe de atendimento médico à tarde, à noite e nos fins de semana. Outro problema é a longa espera para fazer os exames que são pedidos pelos médicos. Há determinados exames que as pessoas chegam a esperar por seis meses para fazer. Isso é considerado grave especialmente no que se refere à saúde das mulheres, porque a demora nos exames pode significar complicações no quadro, em caso de doenças. Outro destaque é a situação das pessoas com deficiências, que não contam nem com atendimento adequado nem com os equipamentos necessários para uma locomoção satisfatória.

Em relação ao Trabalho, Valdeci informa que a região do sertão está há quase cinco anos sem chuvas, o que compromete praticamente todas as formas de trabalho e subsistência praticadas pelas comunidades. Esse longo período de seca penaliza todos, mas especialmente as mulheres, já que para elas fica a responsabilidade de administrar a pouca água que é fornecida pelos caminhões-pipa. Elas são as responsáveis pela agricultura familiar e pela criação de pequenos animais, então a escassez de água tem grande impacto sobre o seu cotidiano. São as mulheres que gerenciam a água para evitar desperdícios e conflitos.

Outra fonte de renda do trabalho das mulheres é o artesanato, mas esta atividade também tem sido prejudicada pela seca. Em Conceição, fazem artesanato com caroá, que demanda grande esforço físico das mulheres, pois é uma planta pesada e cheia de espinhos. Para visualizar um exemplo de como essa também é uma atividade que depende quase que totalmente das mulheres, Valdeci informa que, em Conceição, num grupo de 30 pessoas que trabalham com caroá, apenas um é homem. Num grupo de 10 pessoas que trabalham artesanato com barro, também apenas um é homem. Devido às condições precárias de sobrevivência, essas mulheres e suas famílias dependem muito dos programas sociais do governo.

Valdeci afirma que Conceição das Crioulas, como outras comunidades, tem poucos casos de violência, mas que este fenômeno existe. A proximidade com grandes empresas, como as que atuam na transposição do Rio São Francisco, tem trazido para a comunidade problemas que antes não existiam, tal como as drogas, e isso tem gerado conflitos dentro da comunidade. Sobre violência contra a mulher, ela diz que há homens que se aborrecem com a participação de suas companheiras nas atividades das associações e às vezes essa insatisfação deles chega à violência. As lideranças tentam tirar as mulheres da situação de violência, mas muitas delas têm receio de que a intervenção só torne o problema mais grave.

Nossa entrevistada finaliza o diálogo afirmando: “Nós acreditamos naquilo que defendemos. As mulheres estão sempre à frente, tomando decisões, encaminhando as lutas. Mas isso é também um peso muito grande sobre os nossos ombros”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. Ministério da Cultura. **Lista das Comunidades Remanescentes de Quilombos certificadas até 23/02/2015**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/lista-das-crqs-certificadas-ate-23-02-2015.pdf>. Acesso em outubro de 2015.

_____. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ministério do Planejamento e Gestão. Fundação Osvaldo Cruz. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Saúde 2013: acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências. Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro, 2015.

_____. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Série Estudos & Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica nº 33. Rio de Janeiro, 2014. 165 p.

_____. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. MARCONDES, M. M. PINHEIRO, L. QUEIROZ, C. QUERINO, A. C. VALVERDE, D. (Orgs.) Brasília, 2013. 160p.

_____. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de Gênero e Raça, 4ª ed**. Brasília, 2011. 39p.

_____. Ministério da Previdência Social. **Evolução da participação do negro no mercado de trabalho brasileiro – 1993, 2003 e 2013**. Informe de Previdência Social nº 03, vol. 27. BARBOSA, E. D., SANTOS, C. F. Brasília, março de 2015. 29p.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório anual socioeconômico da mulher 2014**. Brasília, DF, 2015. 60p.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Balanco Ligue 180 2014**. Brasília, 2015. 16p.
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014**. São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/anuario_2014_20150309.pdf Acesso em outubro de 2015.

PERNAMBUCO. Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. **Diagnóstico socioassistencial população indígena e quilombola**. Recife, 2014. 11p. Disponível em: http://www.sedsdh.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=13863443&folderId=13941831&name=DLFE-67405.pdf. Acesso em outubro de 2015.

SANTOS, S. **Nascimento, adoecimento e a morte nas mulheres negras pernambucanas – perfil epidemiológico**. Apresentação em power point. Recife, setembro de 2015.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas eleitorais – eleições 2014**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014>. Acesso em outubro de 2015.

WERNECK, J. **A vulnerabilidade das mulheres negras**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=309. Acesso em outubro de 2015.